



Curricularização das ações
de educação alimentar e nutricional
e horta como instrumento pedagógico

Coordenação Geral do Projeto

Claudia Soar

Organizadoras

Janaina das Neves
Jussara Cardoso Damiani

Autoras

Janaina das Neves
Jussara Cardoso Damiani

Colaboradoras

Claudia Soar
Greicy Vedana
Lizeth Alejandra Giambiaggi Castro

Coordenação de projeto editorial

Luciano de Castro

Projeto Gráfico e diagramação

Luísa de Freitas Bueno
Sonia Trois

Revisão

Janaina das Neves
Claudia Soar
Fábio Bianchini
Caroline Bertim Nascimento

Esta formação é uma das ações integrantes do projeto “Fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar: Ações Multidisciplinares e Intersetoriais”, coordenado por professores da Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC. O projeto tem apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

N518c Neves, Janaina das.
Curricularização das ações de educação alimentar e nutricional e horta como instrumento pedagógico [recurso eletrônico] / autoras e organizadoras, Janaina das Neves e Jussara Cardoso Damiani ; coordenação geral, Claudia Soar. – Dados eletrônicos. – Florianópolis : UFSC, 2020.
107 p. : il.

Inclui bibliografia.

E-book (PDF)

Disponível em: <<http://www.cecanesc.paginas.ufsc.br>>

ISBN 978-65-80460-85-4

1. Educação alimentar e nutricional. 2. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). 3. Horticultura – Estudo e ensino (Ensino fundamental). I. Damiani, Jussara Cardoso. II. Soar, Cláudia. III. Título.

CDU: 612.39



Sumário

Módulo 1: Educação Alimentar e Nutricional	6
Unidade de Aprendizagem 1: O Conceito de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)	7
Unidade de Aprendizagem 2: Educação Alimentar e Nutricional e o Programa Nacional de Alimentação Escolar	11
Unidade de Aprendizagem 3: Por que fazer Educação Alimentar e Nutricional?	14
Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil: Uma mudança de Paradigmas	19
Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar:	28
A evolução da Alimentação Escolar na Garantia de Segurança Alimentar e Nutricional	28
Considerações finais	32
Referências	33
Módulo 2: Educação Alimentar e Nutricional - Curricularização	35
Resumo do Módulo 1	36
Unidade de Aprendizagem 1: Como garantir que as ações de Educação Alimentar Nutricional sejam contínuas?	37
Unidade de Aprendizagem 2: A importância de reconhecer as ações de EAN como prática pedagógica	42
Unidade de Aprendizagem 3: Como inserir as ações de EAN no currículo?	50
Unidade de Aprendizagem 4: Elaboração dos Planos de EAN e o desenvolvimento do planejamento pedagógico anual	57
Conclusão	61
Referências	62

Módulo 3: Horta – Instrumento Pedagógico64
Resumo do Módulo 265
Unidade de Aprendizagem 1: A horta como ferramenta de Educação Alimentar e Nutricional66
Unidade de Aprendizagem 2: Mãos à horta - referências e possíveis parcerias para estruturar e manter uma horta pedagógica. .	.71
Unidade de Aprendizagem 3: Horta pedagógica: um elemento transdisciplinar de promoção da Educação Alimentar e Nutricional . .	.79
Referências86
Módulo 4: Experiências Exitosas87
Resumo do Módulo 388
Unidade de Aprendizagem 1: Apresentação de Materiais Educativos contendo ações de educação alimentar e nutricional (EAN) .	.89
Unidade de Aprendizagem 2: Apresentação do Caderno “ <i>Infantil</i> ”91
Unidade de Aprendizagem 3: Apresentação do Caderno “ <i>Ensino Fundamental I</i> ”93
Unidade de Aprendizagem 4: Apresentação do Caderno “ <i>Ensino Fundamental II</i> ”96
Unidade de Aprendizagem 5: Movimento <i>Comer Pra Quê?</i>99
Unidade de Aprendizagem 6: As Jornadas de EAN	101
Unidade de Aprendizagem 7: Caderno de Ações de Educação Alimentar e Nutricional (Caderno de EAN)	103
Conclusão	106
Referências	107

APRESENTAÇÃO

Educadoras e Educadores,

O presente livro eletrônico foi elaborado a partir do material didático desenvolvido para a formação “Curricularização das Ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e a Horta como Instrumento Pedagógico”. Essa ação é parte integrante do Projeto “Fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar: Ações Multidisciplinares e Intersetoriais”. O projeto tem apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e é coordenado pela professora Claudia Soar, com participação de diversos professores do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Abordaremos aqui conteúdos selecionados cuidadosamente, sistematizados em quatro módulos que apresentam a vocês materiais atualizados e referências de excelência em EAN. Entretanto, queremos mais! Quere-

mos demonstrar seu papel central na promoção de EAN e também no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Vocês, educadoras e educadores, carregam a formação e vivência pedagógica necessárias para implementar as ações de EAN a partir dos conhecimentos técnicos do nutricionista.

Além disso, temos por objetivo demonstrar que a curricularização de conteúdos relacionados à alimentação adequada tornou-se estratégica para a efetivação de EAN e apresentar a horta como instrumento pedagógico e transdisciplinar para esse fim. Mas atenção, é muito importante que vocês procurem avaliar cada assunto abordado, contextualizando-o com as possibilidades de suas unidades educativas; assim, cada um poderá tornar-se multiplicador deste conteúdo.

Desejamos bons estudos!





Curricularização das ações
de educação alimentar e nutricional
e horta como instrumento pedagógico



Módulo 1: Educação Alimentar e Nutricional

Autora: Jussara Cardoso Damiani

Unidade de Aprendizagem 1:

O Conceito de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Caro Educador,

Nesta formação você é o protagonista! Um ator completo, merecedor do papel principal no processo de formar, educar e transformar aqueles que estão a sua volta. Por isso, nossa intenção é oferecer conteúdos, fontes de consulta e compartilhamentos de experiências, para que você seja um protagonista do bem, mocinhos e mocinhas lutando pela educação alimentar e nutricional (EAN) no ambiente escolar.

Bem, nas tramas é comum que os bandidos se aliem potencializando suas maldades. Queremos aqui propor uma revolução: vamos formar equipes do bem? Podem ser grupos, times e (por que não?) uma “liga da justiça” trazendo nossos estudantes ao papel principal de cada uma das escolhas alimentares feitas por eles. Você pode coprotagonizar essa história ao lado deles e mostrar-lhes o quanto cada um deles tem de possibilidades em busca de uma alimentação adequada e saudável.

Objetivo de aprendizagem:

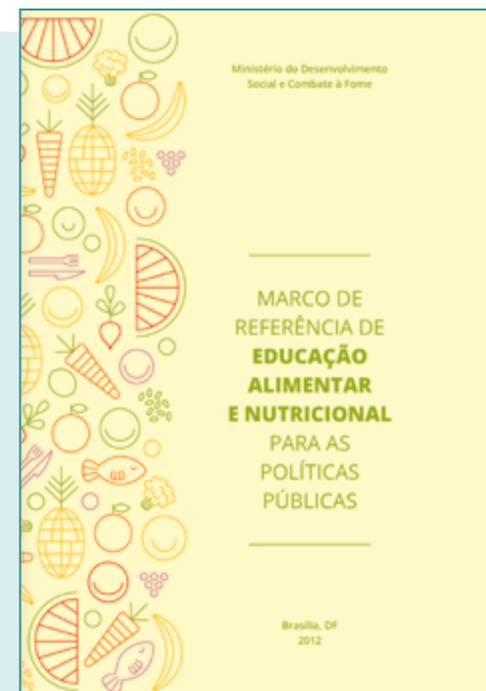
Apresentar o conceito de Educação Alimentar e Nutricional a partir do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas e destacar sua relação com o processo pedagógico.



Essa metáfora tem um tom intencional de brincadeira para ilustrar o conceito de educação alimentar e nutricional. Pactuado em 2012, por meio do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, o conceito de **EAN tornou-se um campo de conhecimentos**, para além de um único saber. Ainda, tornou-se promotor de **práticas autônomas, voluntárias e conscientes de escolhas (e hábitos!) alimentares saudáveis** (Brasil, 2012). Portanto, incitando o desenvolvimento de muitos novos protagonistas.

A prática de EAN incorpora o uso de metodologias ativas, abordagens problematizadoras, recursos educacionais que fortaleçam o diálogo e que estejam em sintonia com as fases da vida, com a comunidade escolar ali presente, dentre outros fatores que influenciam o comportamento alimentar. O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas a pactua como **permanente**, transdisciplinar, inter-setorial e multiprofissional (Brasil, 2012). Portanto, ao tratarmos do ambiente escolar, podemos entender que EAN é pertencente a todos os atores que o compõem.

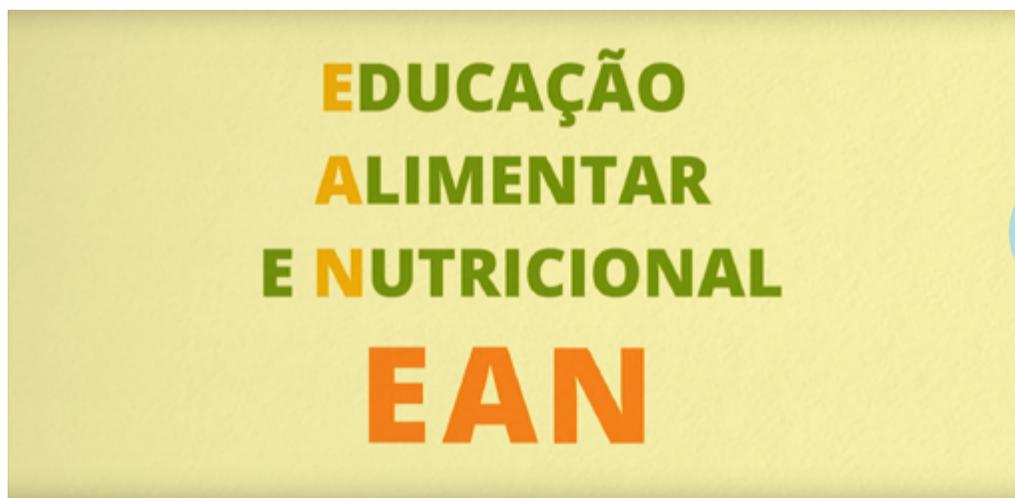
Como mencionamos, abordamos neste texto inicial parte do conteúdo do **Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas**, documento normativo publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com participação de representantes do Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Associação Brasileira de Nutrição, Conselho Federal de Nutricionistas e Universidade de Brasília. O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas é o documento base para o entendimento de EAN nesta formação e tem o objetivo de criar um campo comum de reflexão e orientação da prática, dentro do conjunto de iniciativas que compõem a EAN. Assim, o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas pretende apoiar os diferentes setores de governo em suas ações de EAN para que, dentro de cada um de seus contextos, contribuam para melhorar a qualidade de vida da população.



Você pode conhecer integralmente o documento acessando: Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.



A fim de ilustrar o conceito de EAN proposto pelo Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, sugerimos assistir o [vídeo elaborado pela rede virtual Ideias na Mesa](#).



Você viu anteriormente que EAN é pertencente a todos os atores que compõem o ambiente escolar e, portanto, deve ser compreendida como um campo e como temática central, agregando e mediando diversas práticas, conhecimentos e atividades. Esse conjunto de vivências é que irá promover a predisposição a mudanças de atitudes e de comportamentos frente aos alimentos ou ao ato de comer (Bezerra, 2018).



É importante termos clareza desta compreensão, pois em muitos momentos EAN foi vista no ambiente escolar tão somente como uma “atribuição do nutricionista” ou como uma das faces da alimentação escolar e, de certo modo, vista como algo distante do processo pedagógico. Porém, EAN carrega em seu nome e em seu conceito a essência da educação e propõe-se a oportunizar métodos adequados para que cada indivíduo tenha condições de alcançar seu pleno desenvolvimento em relação a alimentação e nutrição.

Neste sentido, é fundamental pensarmos na integração de saberes entre educadores (você educador, protagonista com sua diversidade de conteúdos e disciplinas), nutricionistas e a comunidade escolar envolvida, para que possam interagir oferecendo seus respectivos conhecimentos de didática, técnicos, saberes e anseios, possibilitando que a EAN seja planejada e implementada. Tal integração pode oferecer o rigor metodológico necessário, como também avançar em direção à continuidade e permanência do processo de EAN, promovendo reflexões e mudanças de hábitos alimentares.

Para consolidar este nosso entendimento inicial, vamos observar agora, de maneira literal, o conceito de EAN proposto pelo Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas? Este conceito definiu e ampliou a EAN, tornando-a presente e permanente, em especial, junto a políticas públicas.

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso de vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (Brasil, 2012).



Unidade de Aprendizagem 2: Educação Alimentar e Nutricional e o Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pois bem, chegou o momento de pensarmos na EAN e em sua relação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE. Você, educador, já se sente parte integrante da alimentação escolar? Ou melhor, você já se identifica como um dos atores sociais envolvidos com este programa? É muito importante você saber de seu protagonismo junto ao PNAE, você ter em mente que a alimentação escolar extrapola as cozinhas e refeitórios escolares e se estende por toda a extensão da escola, refletindo, ainda, no entorno do ambiente escolar, nas cantinas, mercearias, supermercados, feiras, mas também nos ambientes familiares por onde circula cada um destes membros da comunidade escolar.

Antes de seguirmos, vamos dialogar um pouco a respeito dos diferentes modos de conceber a alimentação? É preciso levar em conta que nossas escolhas alimentares são conduzidas por diversos aspectos. Em geral, iniciamos nosso processo de escolha considerando o que está disponível na natureza (Brasil, 2015), acessível a nossos recursos, presente em nossas casas, escolas, mesas. Mas, em conjunto com a disponibilidade, temos outros importantes fatores influenciando nossas escolhas.

Objetivo de aprendizagem:

Demonstrar a relação entre Educação Alimentar e Nutricional e o Programa Nacional de Alimentação Escolar e enfatizar a atuação dos educadores no programa.



Vamos fazer agora uma pequena brincadeira. Se você tiver disponível em sua mesa uma refeição composta por um pirão com tainha e outra composta por uma polenta com galinha, qual destas seria a sua escolha? Ou você escolheria uma porção de canjica, caso estivesse dentre as suas opções? Como vemos, em conjunto com a disponibilidade, nossas escolhas são influenciadas por nossos hábitos alimentares culturais, regionais, até mesmo religiosos. Recebemos ainda forte influência do componente social e, em geral, nossas interações sociais estão sempre relacionadas ou direcionadas para a comida (Poulain, 2013).

Aos escolares ocorre da mesma maneira. Os adolescentes, em geral, costumam receber uma forte influência das escolhas pré-determinadas pelo grupo ao qual pertencem ou desejam pertencer, sejam elas alimentares ou não. Para as crianças, por sua vez, uma simples cara feia basta para evitar o contato com qualquer alimento. Diante destes exemplos, podemos perceber que os hábitos alimentares dos escolares podem ser impactados tanto pelas abordagens pedagógicas promovidas quanto pelas ações praticadas no ambiente escolar ao realizar as próprias refeições ou mesmo ao se referir a alguns alimentos.

Agora que já conversamos um pouco sobre as escolhas alimentares no ambiente escolar, vamos voltar ao PNAE? O programa caracteriza-se como a política pública de segurança alimentar e nutricional com a maior longevidade do país, pois as ações que o originaram datam da década de 1930. Além disso, atualmente é reconhecido como um dos maiores e mais abrangentes programas de alimentação escolar do mundo (Vasconcelos, 2013).

Cabe destacar que o objetivo do PNAE, pactuado por meio da lei federal 11.947/2009, é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e a **formação de hábitos alimentares saudáveis dos escolares**. A legislação prevê ainda, como estratégia para obtenção deste objetivo, que o programa seja estruturado por meio de dois pilares: **educação alimentar e nutricional** e oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos escolares durante o período letivo (Brasil, 2009).

É correto entendermos, portanto, na perspectiva da alimentação escolar, que EAN tem relevância equivalente àquela dada à oferta de alimentos no programa. O PNAE preconiza a formação de hábitos alimentares saudáveis aos escolares e determina que seu alcance será obtido



por meio da EAN. De forma complementar, a lei federal 11.947/2009 estabelece, dentre suas diretrizes, que EAN pertence ao processo de ensino e aprendizagem e envolve-se ao currículo escolar.

Diante destas informações sobre o PNAE, podemos compreender que EAN está intimamente relacionada ao programa e deve ser contemplada no ambiente pedagógico.

Você percebeu que a lei que regulamenta o PNAE é anterior ao Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas? Isso mesmo! O programa já incentiva o processo de curricularização da EAN desde 2009 e traz abordagens que foram reforçadas com a pactuação do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, documento este que categoriza a educação, mencionando creches, escolas e universidades como campos de prática de EAN (Brasil, 2012).



Unidade de Aprendizagem 3: Por que fazer Educação Alimentar e Nutricional?

Após conhecermos o conceito de EAN e a sua relação com o PNAE você já se sente segura(o) para responder ao questionamento que inicia esta unidade de aprendizagem? Se ainda não, podemos juntos buscar mais alguns documentos e informações que ampliem nosso entendimento da importância de promovermos EAN.

O primeiro motivo pelo qual é importante defendermos e vestirmos a camisa da EAN é a **promoção da saúde**. Promoção da saúde em seu sentido mais amplo, ao oportunizarmos que cada um dos nossos escolares se desenvolva plenamente e tenha informações e conhecimentos que contribuam para uma postura ativa no autocuidado e no diálogo com profissionais de saúde com os quais eles se relacionem. É importante entendermos que a promoção do autocuidado e da autonomia é definida como um dos princípios para as ações de EAN e diz respeito a direcionar a atenção para o próprio ser, de maneira intencional, voluntária e tendo como objetivo que os indivíduos conheçam sua própria vida, seu próprio corpo e busquem meios de contribuir com a própria saúde (Brasil, 2012).

Objetivo de aprendizagem:

Destacar motivações e justificativas para a implementação da Educação Alimentar e Nutricional no processo de ensino e aprendizagem.



PROMOÇÃO DA SAÚDE

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (WHO, 1986).

Emocionante, não? Podemos fazer parte de um processo de formação de hábitos direcionado para a promoção da saúde e para o fortalecimento da autonomia e do protagonismo de nossos escolares. Pois bem, a segunda motivação para a promoção da EAN é em **defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**. Você já conhece esses conceitos?

Antes de iniciarmos nosso diálogo sobre estes conceitos, vale destacar que direitos humanos são aqueles que os seres humanos possuem pelo simples fato de **serem humanos**. São partes da condição humana e não podem ser retirados por outros, não podem ser cedidos por ninguém e estão acima das leis. A Declaração Universal de Direitos Humanos estabelece que os direitos humanos pressuponham condições mínimas para que as pessoas levem uma vida digna, com liberdade, igualdade, acesso ao trabalho, à terra, à saúde, à moradia, à educação, à água, aos alimentos, dentre outros, sem que o acesso a qualquer um destes direitos comprometa o acesso aos demais (ONU, 1948).

[Para ilustrar o nosso entendimento sobre o que são direitos humanos, sugerimos assistir ao vídeo produzido pela United for Human Rights](#), organização sem fins lucrativos, dedicada a implementar a Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Já o DHAA pode ser definido como o direito inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e sem restrições (de modo direto ou por meio de aquisições financeiras) a alimentos saudáveis, seguros e em conformidade com as tradições culturais, além de estar em quantidade e qualidade adequadas e suficientes. O DHAA compreende, portanto, duas dimensões: o direito de estar livre da fome e da má nutrição e o direito à alimentação adequada, garantindo uma vida digna e plena (ABRANDH, 2013).

Agora, tendo em mente que um direito humano não pode se sobrepor a outros direitos humanos, vamos observar o conceito de SAN, buscando identificar sua relação com o conceito de DHAA que acabamos de definir:

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Podemos observar que os conceitos SAN e EAN carregam em seus nomes as terminologias “alimentar e nutricional” e isso não é coincidência! A primeira diz respeito ao processo envolvido com a disponibilidade do alimento, englobando as cadeias de produção, comercialização e acesso aos alimentos, aspectos estes que serão abordados com mais profundidade no segundo módulo deste curso. O componente “nutricional”, por sua vez, tem relação com a escolha, o preparo, o consumo alimentar e sua correlação com a saúde de cada ser (ABRANDH, 2013).

Promover EAN, portanto é um ato abrangente de compreender e debater todos os aspectos relacionados ao alimento e ao ato de se alimentar, envolvendo produção, acesso, transformação e também aspectos nutricionais (Brasil, 2012). Assim, ao promovermos EAN, estamos protegendo direitos humanos e difundindo o DHAA e a SAN e ainda podemos fortalecer a participação cidadã de nossos escolares.

Há ainda outro aspecto muito importante que nos motiva a fazer EAN: o potencial de **incentivar a autonomia de nossos escolares**. Estimular que as decisões conscientes de consumo ocorram modo voluntário, procurando trazer mudanças nas escolhas e hábitos alimentares e, consequentemente, nas relações que cada indivíduo estabelece



com os alimentos e suas cadeias de produção, modificação e comercialização de alimentos.

Perceba como todas as motivações para fazer EAN estão conectadas! As relações que nossos escolares estabelecem e suas percepções sobre os processos de produção dos gêneros alimentícios podem impactar ambientalmente e socialmente nos bairros e localidades que esta comunidade escolar permeia. Assim, ao fazermos EAN podemos ter como quarta motivação a **promoção de um ambiente sustentável, de modo social e econômico**. Neste âmbito, o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas esclarece que as ações de EAN devem buscar contemplar todos os componentes do sistema alimentar.

Compreende-se sistema alimentar como o processo que abrange desde o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição; a escolha e consumo dos alimentos, incluindo as práticas alimentares individuais e coletivas, até a geração e a destinação de resíduos. As ações de EAN precisam abranger temas e estratégias relacionadas a todas estas dimensões de maneira a contribuir para que os indivíduos e grupos façam escolhas conscien-

tes, mas também que estas escolhas possam, por sua vez, interferir nas etapas anteriores do sistema alimentar (Brasil, 2012).

A quinta motivação que abordaremos diz respeito à **promoção de debates e transformações institucionais a respeito dos alimentos adquiridos (processos de produção, remuneração justa), no âmbito da escola e da rede de ensino junto às quais atuamos**. Vimos aqui que EAN se tornou um campo de atuação que atravessa disciplinas e reflete nos indivíduos e ambiente escolar como um todo. Por isso, quando o fazer EAN aborda sustentabilidade e as relações sociais e ambientais envolvidas com os processos de produção e comercialização de alimentos, promove também reflexões e possíveis revisões nos moldes adotados institucionalmente para a oferta de alimentos do PNAE.

EAN passa a refletir e incorporar a vivência escolar do PNAE para demonstrar exemplo de desenvolvimento sustentável ou de fragilidades neste processo que poderão ser revistas com o envolvimento de todos. O que nos leva a destacar que a mobilização da sociedade, dos profissionais e dos gestores em busca do fortalecimento da alimentação adequada e saudável poderá promover o exercício da cidadania e tornar-se ainda fator protetor da vida.



A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (Brasil, 2014).

Neste ponto acreditamos que nós já estamos seguros para responder ao questionamento inicial desta unidade de aprendizagem. Ainda assim, caso você educador necessite de embasamento legal para debater em sua instituição sobre os motivos para que EAN seja priorizada no processo pedagógico, podemos elencar mais alguns pontos relevantes.

Em primeiro lugar lembramos que a lei federal 11.947/2009, que regulamenta o PNAE, estabelece a **EAN como um dos dois pilares o para alcance do objetivo do programa**. Além disso, dentre suas diretrizes, **a lei determina a inclusão da EAN no processo de ensino e aprendizagem**, como vimos

no início desta formação e veremos mais detalhadamente no módulo 2.

De modo complementar, ao estabelecer competências e responsabilidades, esta lei federal, em seu artigo 17 deixa claro que é de **competência dos estados, distrito federal e municípios promover EAN**. Este artigo da lei esclarece ainda que o intuito é formar hábitos alimentares saudáveis aos escolares e que esta promoção será **resultado da atuação conjunta entre os profissionais de educação e nutricionista**, responsável técnico pelo PNAE (Brasil, 2009).

Agora sim, acreditamos que todos já podem estar motivados sobre a importância de fazer EAN e sobre as responsabilidades neste processo!



Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil: Uma mudança de Paradigmas.

Chegamos a um novo momento de nosso módulo. Vamos propor agora um resgate histórico da compreensão de EAN no Brasil, para que possamos identificar, a partir de nossa história, os avanços e a evolução já consolidados em relação a este campo de conhecimento. O entendimento histórico possibilita, ainda, melhor projeção das perspectivas futuras para EAN e para nossa participação junto a elas.

A evolução do conceito de EAN teve início na década de 1930 e caminhou de acordo com os passos da própria trajetória do país. Neste período o entendimento vigente era de que não havia saber popular e apenas as verdades biológicas é que detinham informações corretas a respeito do modo de se alimentar. Junto desta análise estava o início do processo de industrialização no Brasil e, portanto, as primeiras estratégias de educação alimentar ou de educação nutricional (isso mesmo, desvinculadas!) foram dirigidas aos operários e suas famílias, “ensinando-os a comer” (Brasil, 2012).

Objetivo de aprendizagem:

Demonstrar a evolução histórica da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil e seus potenciais para a promoção da saúde e da alimentação adequada.



Havia um entendimento de que os problemas alimentares e a desnutrição eram decorrentes da ignorância. Neste sentido, começaram a ser promovidas campanhas de incentivo ao consumo de determinados alimentos tidos como saudáveis no período. O propósito da EAN era de educar a população, ditando-se recomendações alimentares para que fosse estimulada uma população sadia e apta ao trabalho (Brasil, 2012).

Nas figuras 1, 2 e 3 retiradas do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, você poderá observar os aspectos históricos mais relevantes para a evolução da EAN no Brasil.



FIGURA 1: Linha do tempo da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil, no período compreendido entre 1930 e 1980.

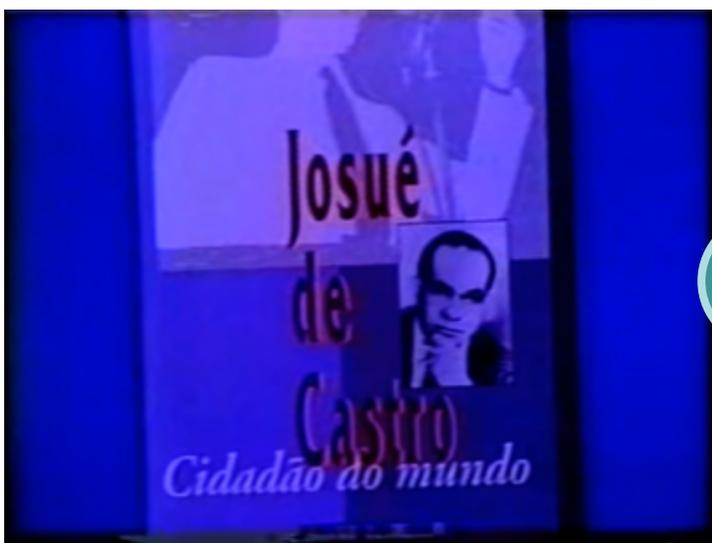


Fonte: Marco de Referência de EAN para as políticas públicas (Brasil, 2012).



Por outro lado, no mesmo período o médico Josué de Castro já traz à tona algumas proposições a respeito da situação alimentar brasileira que divergem desse contexto biológico. Os estudos e o engajamento político deste pesquisador promoveram a inserção da alimentação e da fome nos debates e na agenda política brasileira. Ainda que as primeiras estratégias de educação tenham sido direcionadas para fins sanitárias, o autor demonstrava de maneira inovadora preocupação com a formação de ações propositivas que levassem às mudanças sociais, mas também a redefinições das condições de exclusão social de parcela significativa da população brasileira (Silva e Nunes, 2016).

Saiba mais sobre a trajetória e sobre as contribuições de Josué de Castro na luta contra a fome assistindo ao [documentário Josué de Castro – Cidadão do Mundo, produzido pela UERJ Vídeos](#).



Podemos evidenciar na linha do tempo que estes debates estimularam, dentre outras ações, o início da política de alimentação escolar, por meio da Campanha de Merenda Escolar. Essa campanha procurava centralizar algumas estratégias já pontuais de oferta de alimentos no ambiente escolar e levava, ainda que segundo o entendimento do período, o propósito de desenvolver atividades educacionais voltadas para a aquisição de bons hábitos alimentares (Bezerra, 2018).

O Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas menciona que, nas décadas seguintes, o processo de compreender EAN ainda estava atrelado à mesma linha biologicista anteriormente vista. Nas décadas de 1970 e 1980 as ações de EAN focavam em estimular o consumo de alimentos à base de soja e derivados, em razão da necessidade econômica de escoar a produção destes e voltavam apenas aos aspectos nutricionais, ignorando, ou melhor, sobrepujando hábitos alimentares e culturais da população (Brasil, 2012).

Foi somente na década de 1990 que, em conjunto com as readequações no conceito de saúde, passou-se a compreender o conceito de educação em saúde e entender EAN como uma prática com potencial para reverter o crescimento das doenças crônicas, tais como doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, cânceres, diabetes. Até este período a EAN permaneceu direcionada para resultados questionáveis, abordagens hoje vistas como preconceituosas e estava bastante desacreditada junto à população. (Brasil, 2012).



FIGURA 2: Linha do tempo da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil, no período compreendido entre 1990 e 2006.



Fonte: Marco de Referência de EAN para as políticas públicas (Brasil, 2012).



Como vimos, a partir dos anos 1990, as estratégias para promoção de EAN já passam a ser reformuladas em conformidade com as novas concepções de saúde; referências à “promoção de práticas alimentares saudáveis” passaram a ser apresentadas em documentos oficiais do Brasil. No período, acompanhando as transformações na própria concepção de educação no país, o foco para os debates sobre EAN passou a ser a valorização do indivíduo e da cidadania, dentre outros aspectos (Brasil, 2012).

Podemos observar na figura 2 que este período oportunizou transformações significativas na saúde pública brasileira, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Para além da saúde, outras políticas públicas tiveram mudanças iniciadas neste período em razão da criação dos conselhos de controle social. De modo complementar, a criação do programa FOME ZERO, também merece destaque:

O Programa FOME ZERO contemplava a EAN sob duas frentes de atuação. A primeira previa campanhas publicitárias e palestras sobre educação alimentar e educação para o consumo. Havendo uma demanda para que esses temas fossem também incluídos, obrigatoriamente, no currículo escolar do primeiro grau. Complementarmente, propunha-se a criação de uma Norma Brasileira de Comerciali-

zação de Alimentos Industrializados, similar à existente para alimentos para lactentes. O Programa também alertava sobre a importância do controle da publicidade e do aprimoramento da rotulagem de alimentos. Mesmo com as limitações destas proposições, a presença deste tema no Programa FOME ZERO favoreceu inúmeros desdobramentos. A partir de 2003, observa-se um progressivo aumento de ações de EAN nas iniciativas públicas, no âmbito dos restaurantes populares, dos bancos de alimentos, das equipes de atenção básica de saúde, e na requalificação do PNAE e do Programa de Alimentação do Trabalhador (Brasil, 2012).

Temos assim novas perspectivas para o desenvolvimento das ações de EAN que, em consonância com o período de maior intensificação na participação popular nas políticas públicas (conselhos de controle social), passam a ser, pouco a pouco, mais inclusivas e respeitadas. Paralelamente, no início dos anos 2000 houve incentivo da Organização Mundial de Saúde para a promoção da EAN, por meio de ações educacionais e de comunicação que fossem coerentes com a realidade cultural, social e econômica dos indivíduos (Brasil, 2012).



FIGURA 3: Linha do tempo da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil, no período compreendido entre 2006 e 2012.



Fonte: Marco de Referência de EAN para as políticas públicas (Brasil, 2012).



Podemos observar que este terceiro período apresentou conquistas bastante emblemáticas na consolidação da EAN enquanto integrante do processo de ensino e aprendizagem. Em 2009, com a publicação da Lei Federal 11.947, o PNAE incorporou a EAN em seu objetivo, diretrizes e também a definiu dentre as atribuições das entidades executoras (Brasil, 2009).

Merece destaque a evolução da abordagem de EAN nas edições da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) de 1999 e de 2012. Em 1999 a EAN estava prevista em **uma** das diretrizes da política e era entendida como estratégia para prevenção de desordens nutricionais, ainda que orientada para o DHAA e para a cidadania. Em 2012, por sua vez, **EAN está presente em todas as diretrizes e é apresentada de maneira transversal.** A PNAN, em seu texto mais recente, destaca a promoção e o fortalecimento da EAN em toda a agenda das políticas públicas e a orienta para a perspectiva da SAN (Brasil 2012).

Esse período de metamorfose na compreensão da EAN resultou na elaboração do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas. A maturidade com que este documento apresenta a definição de EAN, como vimos no início deste módulo, foi resultado de longas transformações em busca da promoção da saúde, mas também foi uma resposta a um período de inquietudes em relação à alimentação, assegu-

rando que EAN não “ensina a comer”, mas respeita as verdades existentes nas escolhas de cada indivíduo e acolhe estas características e realidades diversas.

Educador, observe que o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas foi resultante de todo este contexto histórico e parte da concepção de educação popular inspirada por Paulo Freire. O documento explicita isso. Nesta concepção, a educação está orientada pela valorização das práticas populares, dos saberes populares, mas também baseada nas ações e experimentações, na contextualização e em relações horizontais que demonstrem que não existem saberes “maiores ou menores”, mas apenas diversos saberes (Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, 2014b).

[Você pode conhecer integralmente o documento acessando: Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.](#)



Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar:

A evolução da Alimentação Escolar na Garantia de Segurança Alimentar e Nutricional

Já dialogamos um pouco sobre o PNAE no início deste módulo, você lembra? Pois bem, vamos olhar para o programa com um pouco mais de atenção. Queremos conhecer a história do PNAE, de modo resumido, é claro! Afinal, este programa já tem quase 70 anos de existência. No início o PNAE não tinha status de política pública e também não tinha abrangência nacional. Na verdade, ele foi iniciado como uma campanha, com estratégias pontuais para tentar amenizar os problemas da fome no nosso país. Vimos um pouco desta origem na linha do tempo de EAN, ao abordarmos Josué de Castro.

Essa abordagem inicial deixou o programa com certa fama que se estende até hoje: o título de **merenda escolar**. Foi denominado merenda escolar, pois apresentava estratégias de reduzir a fome a partir de lanches que pudessem, **no entendimento da época**, diminuir as deficiências nutricionais provocadas pela alimentação inadequada das famílias. A campanha de merenda escolar, nome inicial do programa, foi implantada em 1955, com características assistencialistas e estava pautada na oferta

Objetivo de aprendizagem:

Destacar aspectos relevantes na trajetória de quase 70 anos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, demonstrando sua importância na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.



de alimentos industrializados e prontos para o consumo (Bezerra, 2018).

Dando continuidade à campanha, no ano seguinte ela tornou-se nacional. Os alimentos distribuídos eram enviados do governo federal para as localidades, gerando grandes desafios com o gerenciamento e entregas destes itens em tamanha quantidade e por tão longas distâncias. Muitos destes alimentos foram recebidos de doações e convênios internacionais nos anos iniciais da campanha e passaram a ser adquiridos pelo governo brasileiro posteriormente (FNDE).

Em 1965 o nome da campanha foi alterado, passando de campanha nacional de **merenda** escolar para campanha nacional de **alimentação** escolar e em 1979 recebeu a denominação atual: Programa Nacional de Alimentação Escolar. No ano de 1988, quando foi promulgada a constituição federal tornou-se parte dela o dever do Estado com a educação e o atendimento ao educando do ensino fundamental em todo país, incluindo neste dever a alimentação escolar (Brasil, 1988).

Outro marco na trajetória do PNAE foi a descentralização do processo de aquisição de alimentos. Em 1994 o PNAE

passou a destinar recursos (mediante convênio) para que os próprios municípios e estados realizassem a compra de gêneros alimentícios e essa mudança de gestão trouxe impactos bastante positivos para o programa. Pois bem, agora que os alimentos passaram a ser comprados de modo local, tornou-se possível definir novos critérios para a escolha destes (FNDE).

As orientações a respeito da aquisição de alimentos passaram a destacar a importância de serem priorizados alimentos básicos, ou seja, alimentos (ingredientes) essenciais para a preparação de receitas e refeições mais saudáveis e mais aproximadas da realidade local. Perceba, educador, que isso aconteceu no ano 2001 e, como vimos na linha do tempo de EAN, neste período o conceito de saúde já estava se transformando e a tendência nas políticas públicas sendo direcionada para um maior respeito à diversidade. Aqui compreendemos que o PNAE estava imerso na mesma lógica e, com essa mudança no processo de aquisição, passou a defender a redução na oferta de alimentos industrializados e a busca por cardápios regionalizados, que respeitassem os hábitos alimentares de cada localidade.



Outro aspecto decorrente da descentralização de recursos foi a instituição dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Mais uma vez, em similaridade com as demais políticas públicas, no ano 2000 o PNAE instituiu a obrigatoriedade de constituição de um CAE em cada município e estado para que cidadãos comuns (inclusive aqueles sem vínculo com a administração local) passassem a acompanhar e fiscalizar a gestão do programa, atestando a qualidade da alimentação servida, a continuidade na oferta de alimentos (durante cada um dos dias letivos) e o uso correto dos recursos repassados pelo governo federal no âmbito da alimentação escolar (FNDE).

Desde então o PNAE passou a priorizar refeições completas, que atendessem às necessidades dos escolares enquanto estivessem em atividades letivas, passando a oferecer nutrientes necessários para possibilitar aos alunos oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento. Essa grande mudança, ou melhor, essa nova forma de qualificar o PNAE, resultou na publicação da lei 11.947/2009, que está vigente até a atualidade. A lei, dentre outras inovações, ampliou a cobertura do PNAE, que passa a abranger todos os alunos da educação básica pública, desde a educação infantil até o ensino médio, incluindo também a educação de jovens e adultos (Brasil, 2009).

Agora, se considerarmos a qualidade regulamentada para o PNAE e entendendo que ele orienta pela oferta de uma refeição completa, adequada às necessidades dos escolares de acordo com suas faixas etárias e também seus hábitos culturais e regionais, podemos compreender que não estamos falando de apenas mais uma **merenda**. Estamos falando de **alimentação escolar**, de oferta de alimentos saudáveis e seguros, mas também garantidos ao acesso dos escolares durante todos os dias letivos e em quantidade suficiente para seu desenvolvimento pleno. Da oferta de alimentos disponíveis a todos os alunos regularmente matriculados na educação básica pública!

Neste novo contexto, o programa prioriza também a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, incentivando inclusive o consumo de gêneros orgânicos e agroecológicos. Fortaleceu-se também a determinação pela regionalização dos cardápios escolares, que devem ser condizentes com a realidade de cada localidade em que a escola está inserida, tanto nos aspectos culturais, quanto nas condições e vocação agrícola. Ainda, a legislação determina restrições para a aquisição de alimentos prontos para o consumo e reafirma a orientação para a aquisição de alimentos naturais, ou na sua forma menos processada (Brasil, 2009).



Você pode conhecer integralmente a lei 11.947/2009 acessando: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>



Queremos destacar que o incentivo para a aquisição de alimentos locais, em especial a priorização de alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar, movimenta a economia local, gera desenvolvimento para a região e apoia a permanência dos agricultores no campo. Além disso, torna mais claras as etapas do sistema alimentar, pois passamos a conhecer os locais de cultivo, produção de alimentos e até mesmo as pessoas que os cultivam. Essa familiaridade com a origem dos alimentos, por si só, já pode nos dar dimensões e estratégias para a promoção da EAN.

Mas lembre-se que o PNAE vai além e prioriza a escolha de alimentos orgânicos e agroecológicos. Considerando os conceitos que já compreendemos sobre EAN, podemos afirmar ainda que este incentivo adicional também se torna promotor deste campo de conhecimentos e reforça a importância do PNAE e da EAN na promoção da saúde e na promoção da sustentabilidade ambiental e social.

Observe como a evolução do PNAE o aproximou do conceito de SAN que vimos anteriormente! O programa passa a falar de atendimento a todos (universal), assegurado em qualidade, quantidade e acesso, sem que outras necessidades dos escolares sejam prejudicadas. Estes aspectos tornam o PNAE uma política pública de garantia de SAN e de garantia do DHAA. O programa determina o atendimento equivalente a todos os escolares (equidade), o respeito aos hábitos alimentares (regionais, culturais, religiosos) e também orienta e determina pela inclusão dos escolares com necessidades alimentares especiais. Estas são algumas das características que tornam o PNAE tão impactante e mundialmente reconhecido.



Considerações finais

Neste módulo conhecemos juntos importantes conceitos que influenciam e permeiam a definição de EAN. Percebemos como EAN é um campo de práticas e vivências que oportuniza o desenvolvimento de novos protagonismos em nossos escolares. Descobrimos que podemos apoiá-los na definição de suas próprias escolhas e condutas alimentares e que isso pode acontecer em todos os espaços do ambiente escolar. Juntos, entendemos que a alimentação escolar está diretamente ligada ao processo pedagógico e que o PNAE pode sim entrar na sala de aula.

E por falar em PNAE, poderíamos até afirmar que estamos surpresos com a grande complexidade de dimensões que este programa contempla! O PNAE abrange oferta de alimentos com qualidade, EAN, SAN, sustentabilidade, DHAA, universalidade, equidade e muitas outras questões. Mas o principal é lembrarmos: todos que permeiam a comunidade escolar fazem parte dos atores sociais relacionados com este programa.

Ah, claro, vamos recordar nosso resgate histórico, pois é muito importante lembrarmos sempre do quanto já avançamos na transformação da EAN em um processo tão acolhedor, de verdadeiras ações de educação, inclusão e respeito. E enquanto percebemos o amadurecimento do conceito de EAN, conseguimos também acompanhar a trajetória do PNAE na transformação do programa ao longo das décadas e na sua consolidação como uma importante estratégia de garantia de SAN, indo muito além das cozinhas e refeitórios escolares.

Mas tudo que compreendemos juntos precisa muito de você, educador! Sua mediação e suas competências na formação dos nossos escolares poderão trazê-los a um entendimento a respeito do autocuidado e autonomia em relação a alimentação e saúde. E eis a essência da EAN: promover as escolhas voluntárias por hábitos e alimentos benéficos ao próprio corpo e sustentáveis socialmente e ambientalmente nos meios em que cada indivíduo está inserido.



Referências:

Lei 11.947 de 16/06/2009 – Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acessado em: 10 de maio de 2019.

LEI Nº 11.346, de 15/09/2006 – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional– SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acessado em 19 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Alimentos regionais brasileiros. – 2. Ed. – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. 484 p.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: 2. ed., 1. reimpr., 2014. 156 p.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Marco de referência da educação popular para as políticas públicas. – Brasília,

DF; Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, 2014b. 70 p.

ABRANDH. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Organizadora Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263.

BEZERRA, José Arimatea Barros Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes / José Arimatea Barros Bezerra. – Fortaleza: Edições UFC, 2018. 120p.:il

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

EDUCAÇÃO. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <www.uol.com.br/michaelis>. Acesso em: 13 mai. 2019.

FNDE. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, c2017. PNAE – Histórico. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 02 de junho de 2019.

POULAIN, J. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC; 2013. 285 p.

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos e NUNES, Everardo Duarte. Josué de Castro e o pensamento social brasileiro. Ciência & Saúde de Coletiva [online]. 2017, v. 22, n. 11 [Acessado 22 Maio 2019] , pp. 3677-3688. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413->



812320172211.35002016>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.35002016>.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Programa Nacional de Alimentação Escolar: limites e possibilidades para a garantia do direito humano à alimentação adequada, saudável e sustentável. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 18, n. 4, p. 906, Apr. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400001&lng=en&nrm=iso>. access on 15 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400001>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Carta de Ottawa. Ministério da Saúde/ FIOCRUZ. Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília, 1986.





Curricularização das ações
de educação alimentar e nutricional
e horta como instrumento pedagógico

Módulo 2: Educação Alimentar e Nutricional - Curricularização

Autora: Janaina das Neves

Resumo do Módulo 1:

No Módulo 1 você viu sobre a trajetória de mais de sessenta anos da maior e mais antiga política de alimentação e nutrição vigente nos dias atuais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Você pôde entender qual a relação existente entre o PNAE e a Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Além disso, o Módulo 1 apresentou o histórico da EAN, finalizando com a apresentação do documento norteador desta prática, o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas. Agora vamos ver como garantir que as ações de EAN sejam desenvolvidas de maneira contínua.



Unidade de Aprendizagem 1:

Como garantir que as ações de Educação Alimentar Nutricional sejam contínuas?

Antes de iniciarmos a apresentação deste item queremos esclarecer que o desenvolvimento de ações de EAN talvez seja visto como mais uma tarefa a ser realizada, dentre tantas atividades que cabem ao educador. Por isso convidamos a ver essa atividade por outro ângulo. Acreditamos que isso será possível quando você perceber todos os atores e cenários que podem estar envolvidos com as ações de EAN. Então vamos lá?

Você viu no Módulo 1 que o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, por meio da Portaria Interministerial nº 1.010 de 2006, instituiu as diretrizes para a **Promoção da Alimentação Saudável** nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. E que depois a Lei nº 11.947 de 2009 (Brasil, 2009) apresentou a **prática da EAN** como uma de suas diretrizes. Após dez anos de existência dessa lei, sabe-se que em muitas escolas as ações EAN são desenvolvidas, mas nem sempre ocorre como está prevista no Art. 2º, inciso II, conforme destacamos abaixo:



Objetivo de aprendizagem:

Apresentar formas de garantir que a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) seja contínua, por meio da curricularização dessas ações.



A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2009).

Ao contrário do que preconiza a Lei nº 11.947 de 2009 (Brasil, 2009), o que se observa em termos de EAN no espaço escolar são abordagens restritas aos conteúdos trabalhados em Ciências e Biologia, e quando extrapolam essas disciplinas, o assunto é abordado nas aulas de Educação Física ou Geografia. Isto porque o tema “alimentação” presente no livro didático aparece vinculado a disciplina da área biológica. Essas constatações são confirmadas no artigo escrito por autoras que investigaram escolas de nível fundamental de uma capital brasileira (Camozzi et al., 2015), que pode refletir o restante do território nacional.

Há uma série de motivos para isso: o curto espaço de tempo entre a publicação da lei e a pesquisa realizada; a falta de tempo dos profissionais para realizarem as ações de EAN; a inexistência de formação para que os educadores possam se atualizar; poucas políticas indutoras que propiciem o desenvolvimento das ações, para citar alguns

exemplos. Por isso são raros os Projetos Pedagógicos que apresentam ações de EAN de uma maneira ampliada. Mas, além destes, podemos citar a recente atualização ocorrida na área da EAN, como você viu no módulo anterior.

E, como você deve lembrar, pois foi abordado no Módulo 1, a mudança de paradigma ocorreu ainda nesta década, mais precisamente a partir de 2012, quando foi apresentado o Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas (Brasil, 2012). Outro aspecto que contribui para uma abordagem das ações de EAN de maneira restrita são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apresentam uma visão pouco ampliada das ações de EAN, por terem sido estruturados em 1997, portanto quinze anos antes do lançamento do documento referenciado acima. O que deveria ser revisto, para propiciar as mudanças esperadas na execução das ações de EAN. Veja a seguir como é orientada nos PCNs a maneira de trabalhar o tema:



Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inserem os conteúdos relativos à alimentação e à educação alimentar e nutricional no ensino fundamental no bloco temático “Ser Humano e Saúde”, com a indicação de que seja abordado pelas Ciências Naturais, além de apontar que seja trabalhado de forma transdisciplinar no tema transversal “Saúde e Meio Ambiente” (Brasil, 1997).

Ao confirmar o que foi apresentado acima, o limite que pode ocorrer ao desenvolver ações de EAN com esse foco foi apresentado por Camozzi e colaboradoras em 2015, quando elas afirmaram que o tema trabalhado fica restrito ao corpo humano e, mesmo que se aborde a interação com o meio ambiente, o foco fica direcionado ao indivíduo (Camozzi et al., 2015). Ou seja, as ações de EAN não extrapolam para os diversos setores envolvidos com a alimentação, característica inerente à **intersetorialidade**, um dos nove princípios do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas (Brasil, 2012), e tampouco aborda o papel das **políticas públicas** (governamental) nessas ações, eixo principal deste documento.

Outro aspecto reducionista trazido pelas autoras é que as ações de EAN apresentam um caráter pontual, realizadas sem planejamento e baseadas no conhecimento do educador (Camozzi et al., 2015). Dessa forma, fere mais um dos nove princípios do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas (Brasil, 2012), denominado **Planejamento, avaliação e monitoramento das ações**.

Políticas Públicas: são ações realizadas pelo estado com vistas a garantir o acesso da população aos direitos sociais, como saúde, alimentação e a alimentação escolar (SARAVIA & FERRAREZI, 2006).



Mas não é por isso que você vai desanimar, não é mesmo? Lembre-se, toda limitação identificada torna-se um aspecto potencial de solução. Então ao olhar para esses motivos que levam a uma ação de EAN reducionista você pode perceber a importância da educação permanente de educadores, incluindo a coordenação pedagógica, um dos intuitos desta formação à distância. Outro aspecto relevante também é a necessidade de sabermos elaborar planos de EAN com a participação de diversos atores presentes no espaço escolar, inclusive os familiares, assim como envolvermos **vários setores da comunidade**, como da saúde, espaços de atividade física e lazer, locais de comercialização e plantação de alimentos, entre outros.

Ao complementar essa discussão, gostaríamos de indicar uma leitura para você compreender melhor sobre os setores expostos acima e também sobre o **Ambiente Nutricional**. O texto escolhido foi elaborado para um curso de Educação à Distância (EaD) estruturado para nutricionistas que atuam no PNAE e na Atenção Primária em Saúde. Sugerimos a leitura das páginas 129 a 138 do Módulo 2 denominado: [“Território, Ambiente Nutricional e Escola como espaços para o trabalho intersetorial”](#) (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019).



Outra possível solução para programar ações de EAN de maneira mais ampliada é inseri-la no **currículo**, e conseqüentemente nas diversas disciplinas, que podem trabalhar o tema, como **eixo transversal**.

Como identificar os diversos setores da comunidade:

Para conhecer o indivíduo, suas redes de apoio e suas condições de vida e trabalho, você pode conversar com profissionais de saúde, como o nutricionista, que atuam no centro de saúde mais próximo da escola. Esses profissionais poderão fornecer três tipos de informação referente ao seu local de trabalho:

- *Fatores individuais:* idade, sexo, aspectos hereditários e comportamentais;
- *Fatores coletivos:* fatores relacionados às redes comunitárias e de apoio; e
- *Fatores sociais:* acesso a alimentos, serviços de saúde, educação, saneamento, água, esgoto, habitação, transporte e emprego.

(Universidade Federal de Santa Catarina, 2019)



Em breve abordaremos essas questões, neste curso, mas antes, precisamos refletir sobre as formas como as ações de EAN vêm ocorrendo, pois apenas com o conhecimento da realidade é que podemos transformá-la.

Para refletir: Na sua unidade educativa, como ocorrem as ações de EAN? Você identifica quantas disciplinas estão envolvidas nessas ações? As ações de EAN são de responsabilidade exclusiva do nutricionista do PNAE ou os educadores e merendeiros também estão envolvidos? Você identifica outros parceiros ou cenários para a realização das ações de EAN?



Unidade de Aprendizagem 2:

A importância de reconhecer as ações de EAN como prática pedagógica

Sem querer empilhar dificuldades para realização da EAN, precisamos continuar a abordagem sobre aspecto intimamente relacionado com esse novo paradigma, que é como garantir que a EAN seja algo contínuo. A resposta para essa pergunta também responde sobre a restrição da abordagem da ação de EAN, voltada para o modelo **biomédico** e **biologicista**.

Modelo biomédico: reducionismo do ser humano ao seu organismo biológico (Koifman, 2001).

Modelo biologicista: ensino centrado na doença, com predomínio de aulas teóricas e demonstrativas, baseado em situações fictícias, com poucas práticas realizadas em campos de atuação (Koifman, 2001).

Recorde o conceito de EAN apresentado no Módulo 1:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária

Objetivo de aprendizagem:

Abordar com educadores a importância de fortalecer as ações Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como práticas pedagógicas contínuas, por meio da curricularização dessas ações.



de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõe o comportamento alimentar (Brasil, 2012).

Viu? Por isso é tão importante inserir as ações de EAN no currículo. E, mais, uma estratégia para o êxito efetivação das ações de EAN inseridas no currículo é o envolvimento de **outros atores**; um deles é o nutricionista da alimentação escolar. Você deve conhecer as atribuições do nutricionista vinculado ao PNAE, não é mesmo? De qualquer forma, abaixo, são apresentadas suas atribuições:

A presença do nutricionista no contexto do PNAE é uma das garantias para a manutenção da qualidade da alimentação escolar. Ele é o profissional habilitado que irá assumir desde o planejamento até a coordenação e direção da área de alimentação e nutrição nas secretarias de educação; bem como o desenvolvimento de estratégias e atividades de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar. O nutricionista que assume a respon-

sabilidade técnica do programa possui um papel importante na definição do cardápio escolar, na orientação quanto as escolhas dos gêneros alimentícios adequados para alimentação dos estudantes e na avaliação contínua da qualidade e aceitabilidade dos alimentos utilizados (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019).

Por causa da rotina de trabalho do nutricionista, que desenvolve as atividades supracitadas em várias unidades educativas, sua atuação efetiva nas ações de EAN fica restrita, mas ele é um ator-chave nos momentos de planejamento da curricularização dos temas de alimentação e nutrição. Isso foi percebido na prática, em uma formação realizada com 118 coordenadores pedagógicos de 79 municípios dos estados da Bahia e de Sergipe. Veja abaixo o que dizem as autoras que fizeram essa investigação:

Sobre a última formação de 2011, salienta-se que a experiência de integrar coordenadores pedagógicos e nutricionistas para o planejamento de ações educativas foi avaliada como positiva, pois possibilitou a integração de diferentes atores e a possível continuidade dos planos esboçados nos espaços de trabalho (Santos et al., 2013).



Elas concluem seu trabalho dizendo ainda:

Destaca-se a relevância de estimular os processos de formação dos coordenadores pedagógicos em torno da temática proposta, articulando com políticas públicas intersetoriais que forneçam subsídios teórico-metodológicos a fim de colaborar para a inserção do tema alimentação e nutrição nos projetos pedagógicos (Santos et al., 2013).

Como foi apresentado no Módulo 1, outros atores que podem ser envolvidos desde o momento do planejamento e execução das ações de EAN são as **merendeiras** (chamaremos assim pois a ampla maioria é do sexo feminino). Vamos entender por quê?

Você viu no Módulo 1 que o quarto princípio do Marco é “**A comida e o alimento como referências**” e “**Valorização da culinária enquanto prática emancipatória**”, certo? Então ela é o ator-chave para a realização de oficinas culinárias com os escolares. Assim os estudantes podem vivenciar como é a confecção do cardápio da alimentação escolar. Essa ação tende a ser exitosa, pois a **oficina culinária**, junto com a **oferta de alimentos** e utilização das **hortas escolares** ou comunitárias, é reconhecidamente considerada como **estratégia efetiva de EAN** para a mudança de

hábitos alimentares nesse público alvo (Hab & Hartmann, 2018).

Por falar em oferta de alimentos como uma estratégia de ação de EAN, a merendeira também pode auxiliar no **planejamento da ação de EAN** apresentando **demandas**. Sim, demandas! Elas podem dizer quais preparações precisam ser abordadas na ação de EAN para melhorar a aceitação por parte de cada turma da unidade educativa. Ou ainda elas podem informar quais são os temperos, frutas, legumes ou verduras que podem ser plantadas na horta escolar.

Além da ação de EAN ser realizada por diversos profissionais da educação, como educador, nutricionista ou merendeira, outro componente que garante a sua continuidade é que ela faça parte da **rotina escolar**. Sendo assim, tornar as ações de EAN uma **prática pedagógica** garante a sua realização ao longo do período letivo. Nós teremos um Módulo específico (o número 4) para apresentar a você diversas experiências exitosas de EAN desenvolvidas no ensino infantil e fundamental. Então em breve você poderá vislumbrar como isso pode ser feito. Mas agora você pode ir pensando em como envolver mais atores nas ações de EAN em sua escola.



Ao convidar você para pensar nesses atores presentes na escola, gostaríamos de propor outro desafio. Que tal pensar também nos demais setores relacionados com a alimentação? Há pouco, neste mesmo Módulo, mostramos que é importante conhecer algumas informações da comunidade que reside no **entorno do espaço escolar**, lembra?

Conhecer essas informações é importante, pois você poderá fazer **parcerias** com outras pessoas para desenvolver suas ações de EAN. Se você conhecer os locais que possuem horta comunitária, criação de animais, pomares ou nos quais ocorre atividade de pesca, para citar alguns exemplos, você pode fazer uma visita, conversar com essas pessoas para que os escolares conheçam a origem dos alimentos. Da mesma forma, identificar e **mapear** onde estão as feiras, mercados, restaurantes comunitários ou comerciais, vendedores ambulantes de alimentos, bares, lanchonetes, padarias, confeitarias existem nas redondezas da escola, será importante para ver as opções de **escolhas alimentares** que as crianças e adolescente tem no trajeto de casa até a escola. Isso porque cada **tipo de ponto de venda** tende a comercializar um grupo específico de alimentos. O mesmo raciocínio é válido para o entorno dos domicílios, assim poderemos saber as opções de escolha de alimento das famílias dos escolares.

Classificação dos Pontos de Venda de Alimentos

- **Supermercados e hipermercados:** é considerado o local de comercialização de “mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda entre 300 e 5.000 metros quadrados e a varejo”. Hipermercado é em um estabelecimento que comercializa itens similares, porém, com área superior a 5.000 m².
- **Mercados, minimercados e mercearias:** compreende as atividades dos estabelecimentos comerciais com e sem autoatendimento e com venda predominante de produtos alimentícios variados em minimercados, mercearias, armazéns, empórios, secos e molhados, com área de venda inferior a 300 metros quadrados.
- **Açougues:** compreende o comércio varejista de: carnes de bovino, suíno, caprino, ovino e equídeo, frescas, frigorificadas e congeladas; aves abatidas frescas, congeladas ou frigorificadas; pequenos animais abatidos - coelhos, patos, perus, galinhas e similares; o abate de animais associado ao comércio.
- **Peixarias:** Comércio varejista de pescados, crustáceos e moluscos frescos, congelados, conservados ou frigorificados.
- **Padaria e confeitaria:** Compreende a fabricação de pães



e roscas, bolos, tortas e outros produtos de padaria com venda predominante de produtos fabricados no próprio estabelecimento (padarias tradicionais).

- **Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares:** Compreende o serviço de alimentação para consumo no local, com venda ou não de bebidas, em estabelecimentos que não oferecem serviço completo, tais como: lanchonetes, fast-food, pastelarias, casas de chá, casas de suco e similares; sorveterias, com consumo no local, de fabricação própria ou não.
- **Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas:** Compreende as atividades de servir bebidas alcoólicas, com ou sem entretenimento, ao público em geral, com serviço completo.
- **Feiras:** comércio de venda de frutas, legumes e verduras, que também pode ser chamado de quitanda, sacolão, verdureiro ou comércio de hortigranjeiros.
- **Restaurantes:** São espaços que vendem e servem comida preparada, com ou sem bebidas alcoólicas ao público em geral, com serviço completo. Inclui os restaurantes self-service ou de comida por quilo.

(DE ANDRADE, 2018)

Assim é mais fácil perceber qual é o acesso que os escolares têm aos alimentos em relação à **qualidade** e à **quantidade** disponível para eles. Quando nós falamos em qualidade, pensamos na **nova classificação dos alimentos** (Brasil, 2014). Veja logo abaixo qual é. Caso queira compreender melhor esse assunto sugerimos a leitura do Capítulo 2, denominado “A escolha do alimento”, páginas 25 a 51. Já a quantidade tem a ver com a capacidade de compra dos alimentos, ou seja, se eles são **acessíveis financeiramente** aos moradores da região. Dessa forma, conhecer o **preço dos alimentos** disponíveis e a **renda da população** que mora na comunidade pode dar uma ideia do que os escolares ingerem quando estão em suas casas.



Alimentos in natura ou minimamente processados, em grande variedade e predominantemente de origem vegetal, são a base para uma alimentação nutricional balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável. Alimentos minimamente processados correspondem a alimentos in natura que foram submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento e



processos similares que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original.

Óleos, sal, gorduras e açúcar são produtos extraídos de alimentos in natura ou da natureza por processos como prensagem, moagem, trituração, pulverização e refino. São usados nas cozinhas das casas e em refeitórios e restaurantes para temperar e cozinhar alimentos e para criar preparações culinárias variadas e saborosas, incluindo caldos e sopas, saladas, tortas, pães, bolos, doces e conservas.

Alimentos processados são produtos relativamente simples e antigos fabricados essencialmente com a adição de sal ou açúcar (ou outra substância de uso culinário como óleo ou vinagre) a um alimento in natura ou minimamente processado. As técnicas de processamento desses produtos se assemelham a técnicas culinárias, podendo incluir cozimento, secagem, fermentação, acondicionamento dos alimentos em latas ou vidros e uso de métodos de preservação como salga, salmoura, cura e defumação. Alimentos processados em geral são facilmente reconhecidos como versões modificadas do alimento original.

Alimentos ultraprocessados são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem, e pré-processamento por fritura ou cozimento” (Brasil, 2014).

Agora você deve estar se perguntando: Por que nós apresentamos para você a nova classificação dos alimentos, o Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2014? Porque essa publicação traz esse conteúdo de maneira inovadora. E na área da nutrição sua importância é amplamente reconhecida, pois o excesso de peso está relacionado com o consumo de alimentos processados e ultraprocessados; em contrapartida, alimentar-se prioritariamente de alimentos *in natura* e minimamente processados promove a saúde da população. Por isso, abordar esse conteúdo com os escolares é crucial para mostrar o quanto a **oferta da alimentação escolar** é relevante para a promoção da saúde de crianças e adolescentes, se constituindo



como importante estratégia da garantia da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação escolar, conforme apresentado no Módulo 1.

Mas não é só o acesso que interfere nas escolhas alimentares. Outros aspectos importantes de conhecer sobre a população que mora no bairro são os **sócios-culturais e étnicos**. Você consegue imaginar por quê? Isso mesmo! Assim a gente conhece a história, constituição do bairro, origem dos habitantes, festividades e outras tradições locais. Essa é uma maneira de você se aproximar da cultura alimentar dos estudantes. Você lembra que um dos aspectos que o nutricionista da alimentação escolar considera ao elaborar o cardápio é a **cultura alimentar**? Ah! Que bom que você lembra!

E para frisar mais a importância de conhecer a cultura alimentar dos escolares vamos lembrar para você o terceiro princípio do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas: “Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas”. Viu como é importante?

Conseguimos imaginar você pensando... Então uma ação de EAN poderia ser relacionada a esse resgate da cultura

alimentar dos escolares? Sim! Os adolescentes poderiam entrevistar antigos moradores dos bairros ou ainda poderiam filmar pessoas em atividade de semeadura ou colheita em hortas caseiras ou comunitárias. Além de elaborar um livro com as receitas das suas famílias.

Tem outros fatores que interferem na escolha alimentar que pode impactar de maneira negativa na cultura alimentar. Você sabe qual é? A publicidade é um deles. [Você pode ver o vídeo “Come-se Propaganda?” para saber um pouco mais sobre o assunto.](#)



Se você gostou desse vídeo, recomendamos outro, denominado “[Meramente Ilustrativa](#)” para complementar essa informação e conhecer as estratégias de *marketing* para aumentar o consumo de alimentos processados e ultra-processados.



No módulo 4 abordaremos sobre outros vídeos que possuem **temas mobilizadores** que podem ser utilizados nas ações de EAN a serem realizadas com adolescentes.

Para refletir: Na sua unidade educativa como ocorrer as ações de EAN? Você identifica quantas disciplinas estão envolvidas? Essas ações são de responsabilidade do nutricionista do PNAE ou os educadores e merendeiras também estão envolvidos? Você identifica outros parceiros ou cenários para a realização das ações de EAN? Você conhece o entorno da escola? É possível mapear os locais de produção e comercialização de alimentos?



Unidade de Aprendizagem 3: Como inserir as ações de EAN no currículo?

Se pararmos para recapitular o que vimos até aqui, percebemos que o conceito de EAN mudou e que há formas normatizadas ou legais para garantir a realização das ações de EAN no espaço escolar. No entanto, estes fatos não são suficientes para a efetivação das ações de EAN. Isso porque, para que elas ocorram, é necessário que façam parte da rotina da escola. Sim, da escola. Você já percebeu que esta não é uma atribuição específica do nutricionista, pois, de acordo com a Lei nº11.947, a ideia é que as ações de EAN sejam um “processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar”, lembra?

Também falamos que a merendeira e que os moradores do bairro podem ser atores envolvidos com as ações de EAN. Sendo assim, você já deve imaginar que embora o educador seja o profissional responsável pelas atividades de ensino dentro das salas de aula, o processo de formação não ocorre apenas nesses espaços. As ações de EAN podem ocorrer também no refeitório, com a oferta de alimentos e com a participação da merendeira na realização de oficinas culinárias. Outro local possível de interação dos estudantes com os alimentos é a horta escolar ou comunitária. Isso quer dizer que as ações de EAN precisam fazer parte da rotina da escola diversificando os cenários de prática.

Objetivo de aprendizagem:

Mostrar a importância de estabelecer parcerias com diferentes atores sociais e identificar cenários, na perspectiva de tornar a prática de EAN pedagógica.



No entanto, para que essas ações não dependam de boa vontade ou entusiasmo de um único profissional, é importante torná-la uma **prática pedagógica**, por meio da **curricularização** da EAN. Assim todos os profissionais se tornarão responsáveis pelo seu desenvolvimento e dividindo responsabilidades a tarefa fica bem mais leve e fácil de ser realizada. Para começar, esse processo é importante que haja uma consonância com o **Projeto Político Pedagógico** (PPP) do município ou do estado, depende vínculo de gestão da unidade educativa.

Cabe lembrar que nem sempre o PPP é o nome utilizado pelas secretarias de educação. Esse documento norteador pode ser chamado de outra forma. O mais importante é que ele disponibilize orientações pedagógicas, trazidas das Políticas e Diretrizes Nacional e/ou Municipal. Como exemplo, veja a seguir como a capital de Santa Catarina, traz em suas Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a rede municipal de educação infantil de Florianópolis (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2010).

O desenvolvimento de experiências educativas com as bases acima expostas depende de uma organização pedagógica cuja dinâmica, ou se preferirem, metodologia, se pautem na intensificação das ações

das crianças relativas aos contextos sociais e naturais, no sentido de ampliá-lo e diversificá-los, sobretudo através das interações sociais, da brincadeira e das mais variadas formas de linguagem e contextos comunicativos. Consideramos que estas formas privilegiadas pelas quais as crianças expressam, conhecem, exploram e elaboram significados sobre o mundo e sobre sua própria identidade social, indicam a impossibilidade de organizar e planejar de forma separada e parcial um dos diferentes núcleos da ação pedagógica na educação infantil (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2010).

Assim, ao olhar para as Políticas e Diretrizes Nacional e/ou Municipal, as escolas passam a ter a base para elaborar o seu próprio PPP ou orientações pedagógicas, respeitando suas próprias características. Na leitura desse documento norteador alguns aspectos devem ser percebidos, pois eles darão alguns direcionamentos preliminares, como por exemplo:

- Quais são as possibilidades de estabelecer de **parceiras** para a realização das ações de EAN?
- São apontadas as condições para tornar as ações de EAN um **conteúdo transversal**?



- Há permissão de realizar as ações de EAN nas atividades de **sala de aula**, entre outros espaços como **refeitório** e **pátio** da escola, sendo válidos também os **espaços extramuros?**

Depois, o município formalizou seu projeto pedagógico voltado para o público infantil no documento denominado: “Currículo da educação infantil da rede municipal de ensino de Florianópolis” (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015). **Neste documento está implícito, conforme apresenta a Resolução CME/CED n.º 05/2009, que:**

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015).

Outro aspecto importante deste documento é que ele:

Enfatiza a importância da brincadeira com intencionalidade pedagógica e a estruturação do cotidiano, mediante o processo de planejamento, observação,

registro, avaliação e replanejamento (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015).

Por isso o material é composto por duas partes: uma que aborda as questões relativas à brincadeira e outra pertinente às relações sociais e culturais, linguagens e relações com a natureza, como manifestações, dimensões, elementos, fenômenos e seres vivos (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2015).

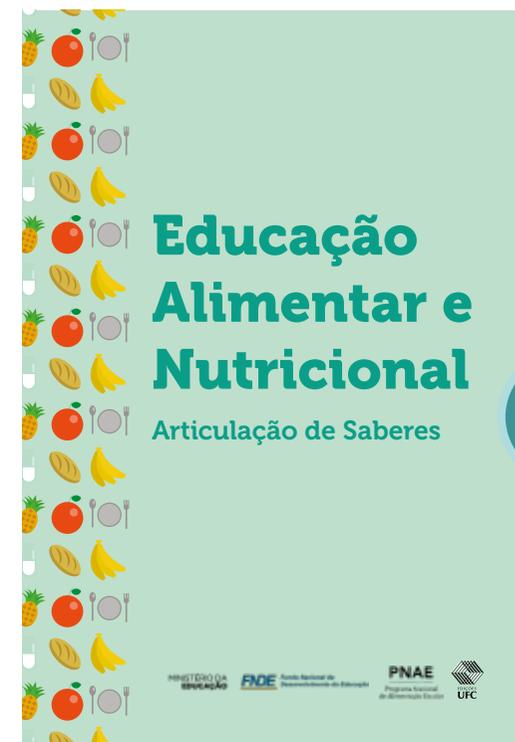
Todas essas condições estruturantes do ensino infantil e fundamental do município devem ser garantidas no momento do planejamento pedagógico anual, quando os planos de ação de EAN podem ser estruturados e socializados entre os educadores e equipe pedagógica. Desta forma, todos profissionais de educação terão a possibilidade de visualizar como essas ações serão desenvolvidas ao longo da formação dos pré-escolares e escolares. Aqui cabem alguns destaques: a participação do nutricionista é importante para que haja a união entre os saberes da educação e da saúde, na qual a alimentação e nutrição estão presentes; o conhecimento prévio dos referenciais que orientam as ações de EAN voltadas para a promoção da saúde; a integração entre os saberes acadêmico e popular; e, por fim, a dissociação da ideia de



que o tema alimentação deve estar relacionado apenas com a disciplina de ciências.

Para detalhar os três primeiros destaques abordados acima, ponto a ponto, vale ler os [capítulos 6, 7 e 8 do livro “Educação Alimentar e Nutricional - Articulação de Saberes”](#). O livro foi elaborado em 2018 por José Arimateia Barros Bezerra, a pedido do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (FNDE) junto ao Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fazemos essa recomendação porque a leitura é maravilhosa e também pela afirmação realizada do Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho na apresentação do livro:

Este livro se propõe a contribuir para que o nutricionista, como profissional de saúde, seja inserido no universo da Educação, apropriando-se dos conceitos daquela área e enriquecendo sua prática para a alimentação escolar. Da mesma forma, contribui para que o profissional da educação compreenda as razões das escolhas técnicas dos nutricionistas para compor os cardápios escolares, respeitando as necessidades nutricionais dos estudantes e suas particularidades culturais. Com esta publicação, nutricionistas, educadores, coordenadores e estudantes passam a ter mais um instrumento para o trabalho conjunto de construção de atividades de EAN, contribuindo para que o PNAE funcione em toda a sua potencialidade (Bezerra, 2018).

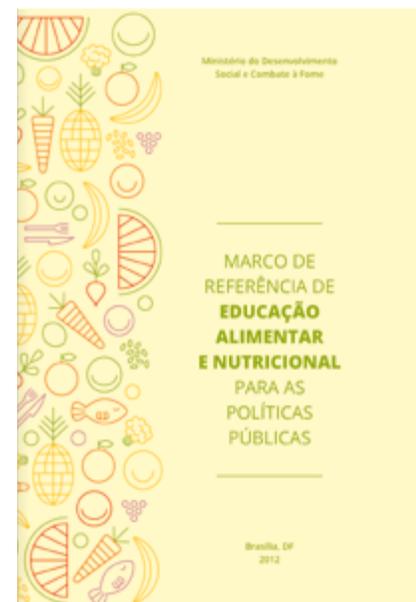


Se você gostou da leitura dos capítulos sugeridos, recomendamos sua leitura na íntegra. Antes disso vamos esclarecer um pouco mais do que você vai encontrar nele. O livro é dividido em quatro partes: na primeira são abordadas as três referências básicas para o desenvolvimento das ações de EAN. Duas delas são voltadas para a **promoção da saúde** e já foram citadas por nós: o “Marco de Referência da Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Brasil, 2012)” e o “Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014a).” O terceiro é [“Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade \(Brasil 2014b\)”](#).



Como o nome da terceira referência básica indica, esta publicação está voltada para a prevenção da obesidade. Como foi descrito em (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019):

A Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade também foi lançada em 2014. Por se tratar de uma ação de prevenção o público alvo dessa publicação passa a ser o governo, mas é importante entender os eixos de atuação: disponibilidade e acesso a alimentos adequados e saudáveis; ações de educação, comunicação e informação; promoção de modos de vida saudáveis em ambientes específicos; vigilância alimentar e nutricional; atenção integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde; regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos. Outro aspecto importante de ressaltar é que no item destinado às ações de educação, comunicação e informação, são apontadas como referências o Marco de Referência de Educação



Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas e o Guia Alimentar da População Brasileira (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019).

Na segunda parte você pode aprofundar a **discussão histórica e cultural sobre alimentação**. Além de aprofundar como as práticas de EAN evoluíram desde a década de 30 até os dias atuais, o texto aborda as questões socioculturais e suas relações com as idéias pedagógicas marcantes deste período. A terceira parte é voltada para a **EAN e a dialogicidade**; nesta estão os capítulos 6 e 7, que abordam a influência das ideias pedagógicas em nossa educação escolar e ainda as concepções e práticas de EAN, com vistas a aprofundar a pedagogia dialógica, seus fundamentos e estratégias de **metodologias ativas**. A última parte, a que contém o capítulo 8, é direcionada para a EAN e a articulação de saberes. Por isso, traz a defesa da articulação do saber acadêmico com o popular, uma vez que a alimentação e nutrição se constituem como temas transversais com intenso potencial de se constituir como prática contínua, especialmente no âmbito do PNAE.

Agora, com relação ao quarto destaque que aborda sobre a dissociação da ideia de que o tema alimentação deve estar relacionado apenas com a disciplina de ciências já

deve estar clara para você a esta altura do curso, não é mesmo? Mas, se ainda não está, vamos resgatar alguns aspectos relacionados à tendência atual de planejar, executar, avaliar e replanejar as ações de EAN, além de revisar o conceito e os princípios estabelecidos no Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas (Brasil, 2012).

Lembra que no conceito de EAN é destacado que deve ser considerado o **sistema alimentar** e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar? Então, a discussão sobre o alimento deve abordar desde a sua **produção**, passando pelas etapas de **processamento, distribuição, consumo e resíduos ou descarte dos alimentos**. E deve considerar o comportamento alimentar, ou seja, conceitos da abordagem das ciências humanas. Se você leu o capítulo 4 do livro “Educação Alimentar e Nutricional - Articulação de Saberes”, escrito por Bezerra em 2018, já é de seu conhecimento sobre o que estamos falando, não é mesmo? Perfeito, estamos falando dos vínculos com o contexto social, histórico e cultural da vida social e suas subjetividades.

Se você quiser entender um pouco mais sobre o sistema alimentar, uma abordagem intimamente relacionada com



a diferenciação do profissional de nutrição como um promotor da saúde, recomendamos a leitura das páginas 109 e 110 da apostila do curso de educação a distância desenvolvido para nutricionistas denominado [Segurança Alimentar e Nutricional com enfoque na intersectorialidade \(Universidade Federal de Santa Catarina, 2019\)](#).



Agora, vamos voltar a um dos pontos primordiais relacionados à ação de EAN que é a continuidade dessas ações. Como você acha que poderá garantir que essa ação seja contínua? Se você pensou por meio da elaboração de Planos de EAN e do planejamento pedagógico anual, excelente! Se não teve essa idéia, não tem problema, mas vamos entender por quê?

Para refletir: Você conhece o PPP e o nutricionista da sua escola? Você identifica outras disciplinas que podem estar articuladas ou podem complementar as ações de EAN que você pode desenvolver? Você vislumbra que o momento do planejamento pedagógico anual pode ser um espaço para garantir o planejamento das ações de EAN a serem desenvolvidas na escola? Você consegue identificar outros parceiros na comunidade que podem apoiar as ações de EAN?



Unidade de Aprendizagem 4: Elaboração dos Planos de EAN e o desenvolvimento do planejamento pedagógico anual

A inserção das ações de EAN no planejamento pedagógico anual também é uma boa estratégia para sua continuidade das ações, pois elas estarão inseridas nas atividades que serão desenvolvidas em sala de aula ou em outros espaços escolares. Para que isso ocorra com melhor aproveitamento, a participação do nutricionista da alimentação escolar pode ser uma estratégia. Essa ação deve ocorrer em paralelo à estruturação de plano de EAN, que tem componentes semelhantes ao plano de aula.

Para pensar no plano de EAN você pode partir do conteúdo a ser trabalhados ou da demanda que surgir, tanto faz se isso ocorrer por parte dos escolares ou dos profissionais que trabalham na unidade educativa. Claro, os pedidos dos responsáveis pelos escolares também podem ser atendidos. A partir daí você poderá delimitar quais serão os objetivos da proposta. Depois você poderá pensar no público alvo da ação. Assim, respeitando as características do grupo com o qual você vai trabalhar, a metodologia poderá ser traçada. Claro que quando falamos nela, vêm em mente as metodologias ativas, não é verdade? E por fim, será definido o cronograma de execução das ações.

Objetivo de aprendizagem:

Propor a inserção das ações de EAN no planejamento pedagógico anual e no Projeto Político Pedagógico como formas de garantir a execução de planos de ações de EAN.



Permita-nos fazermos um parêntese: caso você queira aprofundar seus conhecimentos em metodologias participativas para o desenvolvimento das ações de EAN, recomendamos a leitura da [Apostila denominada Metodologias Participativas, estruturada pelo grupo do site Ideias na Mesa, da Universidade de Brasília \(Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, 2016\)](#).



Com esses elementos definidos, ou seja, o conteúdo, objetivos, público alvo, metodologia(s) a ser(em) utilizada(s) e cronograma, você consegue pensar em parceiros, em cenários de prática, em resultados esperados. E após a ação desenvolvida você já pode avaliar como foi a sua realização, quais foram as principais dificuldades encontradas e, se necessário, você poderá replanejar a ação. Também costuma ser relevante definir a proposta de continuidade, para que as ações de EAN ocorram sem interrupções.

É como se você estivesse elaborando um plano de aula, não é mesmo? Vamos ver quais são os itens mínimos necessários para a elaboração de um plano de aula:

- Tema - deve ser definido a partir do conteúdo ou da demanda.

- Objetivo o que será realizado.
- Metodologia de ensino - como o conteúdo ou demanda serão abordados
- Este item ainda prevê a definição dos parceiros, o local de execução da atividade e o cronograma de execução.
- Formas de avaliação do aprendizado - o que se espera que aprendam
- Esse item pode ajudar na avaliação da ação e na sua reformulação, por exemplo:
 - os resultados esperados foram atingidos?
 - a metodologia estava adequada ao público da ação?
- Referências básicas e complementares - quais são os referenciais teóricos.
- Vale lembrar que são essenciais o Marco de EAN e o Guia Alimentar para a população brasileira.

Se você preferir, há uma maneira diferenciada de elaborar planos de EAN. Ela também foi apresentada para nutricionistas que fizeram o Curso de Educação à Distância chamado “Segurança Alimentar e Nutricional com enfoque na intersetorialidade” (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019). Para tal, convidamos a nutricionista e educadora Andhressa Araújo Fagundes a escrever o capítulo denomi-



nado “Planejamento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)”. Por causa da vasta experiência da autora, trouxemos na íntegra a parte na qual ela orienta uma estrutura elementar de planejamento. Veja a seguir o texto e o quadro- síntese elaborados por ela.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação elaborou, em 1999, um Guia Metodológico de Comunicação Social em Nutrição, propondo uma estrutura elementar de planejamento, dividida em 4 etapas essenciais: (1) concepção, (2) formulação, (3) implementação e (4) avaliação. Posteriormente esse planejamento foi descrito por Cervato-Mancuso (2011), que detalhou essa estrutura teórico-metodológica no contexto das ações de Educação Alimentar e Nutricional:

(1) Concepção é o estudo da análise dos problemas alimentares e nutricionais da comunidade (diagnóstico), onde serão identificados os fatores causais que serão considerados na intervenção.

(2) Formulação é a etapa para estabelecer objetivos, elaborar mensagens e selecionar métodos e definir os critérios necessários.

(3) Implementação é a fase de elaboração de materiais de apoio e execução da intervenção.

(4) Avaliação é a etapa de análise crítica e sistemática das realizações e resultados do plano em relação aos objetivos propostos.

Para facilitar, podemos sistematizar o planejamento das ações de EAN contemplando: a estrutura básica de quatro etapas, as perguntas norteadoras, e os aspectos dessa evolução, como proposto no Quadro 1 (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019).



Quadro 1. Síntese de propostas de planejamento de intervenção de EAN.

Etapas Estrutura Básica	Perguntas norteadoras	Questões (abrangentes) e etapas propostas
(1) Concepção	O que fazer? Para quem fazer?	Qual é problema? (Diagnóstico e territorialização)
(2) Formulação	Por que fazer? O que priorizar? Sobre o que fazer? Como fazer? Onde fazer? Quando fazer? Quantas vezes fazer (periodicidade)? Quanto custa fazer? Quem vai fazer? Com quem fazer? O que esperar?	O que deve ser mudado? (Sujeitos da ação, Objetivos) O que podemos fazer para colaborar com a mudança? (Conteúdos, Métodos, Parceiros, Local, Cronograma e Recursos)
(3) Implementação	Execução	(Execução/Operacionalização)
(4) Avaliação	O que precisa mudar?	O que mudou? (Avaliação)

Fonte: Cervato-Mancuso, 2011; Esperança e Galisa, 2014; Brasil, 2018 (adaptados).



Observem que as questões mais abrangentes, propostas na 3ª coluna, são uma síntese das duas anteriores. Ou seja, temos a estrutura de uma proposta clássica (FAO, 1999), que considera as perguntas importantes para o direcionamento de um planejamento e ao mesmo tempo contempla as questões mais atuais da EAN.

Essa terceira coluna representa a concepção de EAN proposta no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, já que incluem elementos que irão permitir a valorização da cultura da população, as ações intersetoriais, as metodologias ativas, culminando na garantia da SAN (Universidade Federal de Santa Catarina, 2019).

Agora que você já viu como elaborar os planos de EAN cuidando para ter as ações inseridas no mínimo no Planejamento Pedagógico Anual mas, preferencialmente, no currículo escolar. podemos encerrar esse Módulo, não é mesmo?

Para refletir: E agora, repetimos as perguntas realizadas anteriormente, sua escola já inclui a EAN no processo pedagógico? De que maneira(s)? Quais os potenciais para a ampliação das perspectivas de EAN em seu ambiente escolar?

Conclusão:

Chegamos ao fim dessa unidade educativa. Você se sente apto para começar a desenvolver ações de EAN de maneira contínua, com auxílio de outros parceiros, em sua unidade educativa ou fora dela? Esperamos que sim! No próximo módulo você vai ver como utilizar a horta como um elemento pedagógico.



Referências:

BEZERRA, José Arimatea Barros Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes / José Arimatea Barros Bezerra. - Fortaleza: Edições UFC, 2018. 120p.:il

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para os estados e municípios. Brasília, DF: CAISAN, 2014b. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/estrategiaobesidade.pdf>. Acesso em: 02 de Maio de 2019.

BRASIL. Lei 11.947 de 16/06/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental; 1997. 128 p.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: 2. ed., 1. reimpr., 2014. 156 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p.

CAMOZZI, Aída Bruna Quilici et al . Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 1, p. 32-37, Mar. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000100032&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500010006>.

DE ANDRADE, Alaane Caroline Benevides. Disponibilidade de pontos de venda de alimentos em um território com áreas de interesse social no município de Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185931/TCR%20ALAANE%20CAROLINE%20BENEVIDES%20DE%20ANDRADE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 de Abril de 2019.

HAB, Julia & HARTMANN, Monika. What determines the fruit and vegetables intake of primary school children? - An analysis of personal and social determinants. *Apetite* 120 (82-91) 2018. Disponível em: Acesso em 10 de Outubro de 2019.

JUZWIAK, Claudia Ridel. Era uma vez...um olhar sobre o uso dos con-



tos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 17, n. 45, p. 473-484, June 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000200019&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Apr. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832013000200019>.

JUZWIAK, Claudia Rideli; CASTRO, Paula Morcelli de; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1009-1018, Apr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400014>>. Acesso em: 15 de Abril de 2019.

KOIFMAN, Lilian. O modelo biomédico e a reformulação do currículo médico da Universidade Federal Fluminense. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 49-69, June 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de Abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702001000200003>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Diretrizes educacionais pedagógicas para educação infantil / Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Educação. - Florianópolis : Prelo Gráfica & Editora Ltda, 2010. 205 p. : il.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva et al. Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. *Ci-*

ênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 993-1000, Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413=81232013000400012-&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 16 de abril de 2019.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO - Universidade de Brasília (OPSAN/UnB). Apostila Metodologias Participativas. 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/ead/ava/pluginfile.php/101407/mod_folder/content/0/IMPP/00_APOSTILA_Apostila_Curso_Metodologias_Part.pdf?forcedownload=1. Acessado em: 29 de maio de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Saúde. Núcleo Telessaúde Santa Catarina. Segurança alimentar e nutricional com enfoque na intersetorialidade [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Telessaúde Santa Catarina ; Alini Faqueti. - Dados eletrônicos. - Florianópolis : CCS/UFSC, 2019. 199 p. : ils., tabs.





Curricularização das ações
de educação alimentar e nutricional
e horta como instrumento pedagógico



Módulo 3: Horta – Instrumento Pedagógico

Autora: Jussara Cardoso Damiani

Resumo do Módulo 2

Por meio do Módulo 2 você pôde compreender maneiras de desenvolver ações de EAN de modo contínuo, no ambiente escolar e fora dele. O conteúdo apresentou, inicialmente, estratégias para identificar as características da comunidade escolar e do ambiente em que a escola está inserida. Na sequência, foi destacada a importância de (re)conhecer as ações de EAN enquanto práticas pedagógicas e apresentadas sugestões sobre a inserção das EAN no currículo escolar, como um eixo transversal e de modo inter e transdisciplinar. E para finalizar, o Módulo 2 demonstrou como elaborar os planos de EAN, orientando atenção especial para a inserção das ações no Planejamento Pedagógico Anual e no Currículo Escolar.



Unidade de Aprendizagem 1:

A horta como ferramenta de Educação Alimentar e Nutricional

Caro Educador,

Chegamos a uma nova etapa de nossa formação. A partir de agora, vamos dialogar sobre estratégias práticas para a implementação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Você se lembra que quando abordamos o conceito de EAN compreendemos que as melhores oportunidades de torna-la concreta são por meio de experiências de aprendizado práticas e por meio de vivências? Isso mesmo! Como EAN é entendida atualmente como cenário de prática para a promoção de escolhas alimentares autônomas e voluntárias, tendo em vista a promoção da saúde, sua efetivação consolida-se por meio de atividades práticas inseridas no cotidiano escolar.

Partindo deste entendimento, vamos agora avaliar as potencialidades da horta (escolar ou comunitária) para a promoção da EAN? Pois bem, a estruturação de uma horta enquanto instrumento pedagógico pode compreender todos os princípios previstos no Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas (Brasil, 2012). Além disso, a horta pode favorecer atividades investigativas e contribuir para que o aluno se envolva ativamente no seu processo de aprendizagem.

Objetivo de aprendizagem:

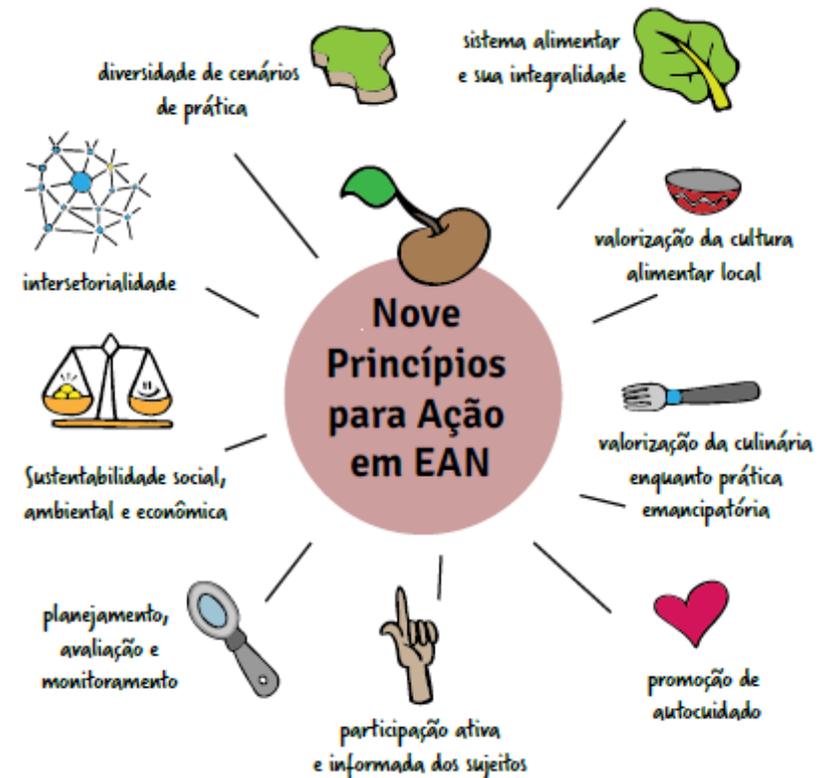
Apresentar os potenciais pedagógicos identificados na horta escolar para a consolidação dos princípios para as ações de EAN, a partir do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas.



Mas atenção, educador! É importante conhecermos e termos instrumentos para utilizar a horta escolar como recurso didático e para envolver todos os atores da comunidade escolar nesta jornada. Parece uma responsabilidade muito grande, não é mesmo? Fique tranquilo, pois este módulo da nossa formação vai apontar referências para que este caminho na implantação de horta pedagógica se torne viável em sua vivência escolar.

Agora, antes de pegarmos nossas ferramentas agrícolas para botar as mãos na terra e na horta, vamos recordar os nove princípios para as ações de EAN, abordados no Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas? A Figura 1 ilustra estes princípios em conjunto e você pode ler informações mais detalhadas sobre cada um deles no próprio Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas (Brasil, 2012), como sugerimos no módulo 1.

Figura 1: Os nove princípios para as ações de EAN.



Fonte: Brasil, 2018 - Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional.



E então, para conversarmos sobre estes princípios, vamos recordar que o conceito de EAN tornou-se um campo de conhecimentos, para além de um único saber e prevê a prática de EAN por meio de metodologias ativas, abordagens problematizadoras. Ou seja, fazer EAN está relacionado com a compreensão da realidade na qual estamos inseridos, para buscar respostas a desafios reais, de modo respeitoso e inclusivo (Brasil, 2018).

Por meio da horta, podemos exercer a **participação ativa dos sujeitos** ao oportunizar que nossos escolares participem deste processo. Apoiando na escolha do que será cultivado, apoiando na manutenção dos canteiros, mas também trazendo pesquisas e referências de suas unidades familiares sobre alimentos regionais, hábitos alimentares das famílias e até mesmo experiências no cultivo dos alimentos, podemos colocar nossos escolares como protagonistas neste espaço de ensino e aprendizagem e abordar diretamente a **valorização da cultura alimentar local**.

A horta pode ser a porta de entrada para dialogarmos com nossos escolares sobre os **sistemas alimentares e a integralidade** do processo de plantio, cultivo, comercialização e consumo dos alimentos. Por meio das experiências vivenciadas na horta escolar, pode-se extrapolar o debate para as cadeias de produção e consumo de alimentos no

bairro, no município, no estado e país, promovendo a reflexão sobre todos os possíveis caminhos do ato de se alimentar.

Ao abordarmos este contexto, podemos ainda utilizar a horta pedagógica como um ambiente de promoção da **sustentabilidade social, ambiental e econômica**. Para tanto, basta promovermos o cultivo de uma horta agroecológica, por meio da qual os alimentos são cultivados de maneira a respeitar e proteger o meio ambiente, a água, o solo. O cultivo de alimentos se dá de maneira ambientalmente benéfica e os modos de destinar os alimentos da horta podem promover a sustentabilidade social e econômica dos participantes da comunidade escolar.

Antes de continuarmos, [sugerimos assistir o vídeo Brasil Agroecológico, que apresenta o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica \(Planapo\)](#).



A horta pedagógica é ainda um excelente espaço para demonstrar a **intersetorialidade**. Através da experiência de implantação e manutenção de uma horta pedagógica podem ser estabelecidas parcerias entre a escola, secretaria de educação e outras secretarias do município (agricultura, saúde) ou, até mesmo, outras instituições atuantes na localidade. Lembre-se educador, EAN pressupõe a análise e a abordagem inclusiva dos **diferentes cenários de prática** e a horta pedagógica, por si mesma, já pode ambientar boa parte desta diversidade, pois nela podemos oportunizar a aprendizagem em diferentes faixas etárias, com metodologias, conteúdos e disciplinas múltiplos.

Ao envolvermos nossos escolares em um processo de vivências tão intensas, podemos inaugurar junto deles a possibilidade de levarmos os alimentos cultivados na horta à prática culinária. Podemos debater sobre possíveis preparações para cada um dos alimentos cultivados, resgatando novamente a cultura alimentar, e podemos ainda levá-los até uma oficina culinária, por exemplo. Tais atividades têm como objetivo o resgate e a **valorização da culinária**, pois, ao dominarmos processos de preparo de alimentos e elaboração de refeições, podemos nos tornar indivíduos mais independentes (inclusive independentes dos alimentos industrializados!).

Com isso, já compreendemos que a horta pedagógica pode facilmente promover o **autocuidado**, você não acha? A promoção do autocuidado será alcançada na medida em que nossos escolares passarem a compreender que as escolhas alimentares refletem na saúde, no meio ambiente e impactam socialmente e economicamente nos meios em que vivem. Mais uma vez, vemos que EAN pode ser emocionante e transformadora!

Agora que já observamos quase todos os princípios para as ações de EAN previstos pelo Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, vamos dialogar sobre o último deles: **planejamento, avaliação e monitoramento**. Assim como todas as ações pedagógicas desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem, fazer EAN necessita de atenção a estas três etapas.

Planejar cuidadosamente as ações da EAN inseridas na horta pedagógica requer a participação de toda a comunidade escolar e, como vimos no módulo 2, sua inserção no currículo escolar. É importante prever no currículo e projetos pedagógicos as estratégias de avaliação dos resultados alcançados com a horta, além de definir as ações de monitoramento destes resultados. Mas tudo isso pode ser muito gratificante se recordamos que estamos fazen-



do parte de um processo de formação de hábitos direcionado para a promoção da saúde e para o fortalecimento da autonomia e do protagonismo de nossos escolares.

Após compreendermos a relação entre a horta e todos os princípios para as ações de EAN abordados no Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, fica fácil compreender porque escolhemos a horta como peça chave nesta formação, você não acha? Além desta correlação entre a horta e o Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas, podemos destacar que desde 2005 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) já incentiva a implantação de hortas escolares.

Naquele ano o FNDE estabeleceu parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e, deste acordo, foi criado o projeto “Educando com a Horta Escolar”, com ações de apoio a implantação de hortas escolares e produção de material de referência (Faqueti, 2019). Destes materiais, a partir de relatos de experiências e constatações a respeito da implantação de hortas com o objetivo de promover EAN, podemos concluir que a horta pedagógica contribui para o envolvimento ativo de nossos escolares no processo de aprendizagem.

A horta torna-se o próprio contexto de ensino e aprendizagem e essa prática pode ser conduzida para que o escolar compreenda e amadureça seus conhecimentos a partir desta vivência. Ou seja, por meio da horta pedagógica nossos escolares fazem experiências que envolvem o planejamento do cultivo, o próprio cultivar dos alimentos, os diferentes meios de produção, a colheita e a tomada de decisões sobre a destinação dos alimentos colhidos. Estas experiências servirão de base para a problematização e para o processo de ensino e aprendizagem.

Destacamos que a vivência com ações pedagógicas promovidas a partir da horta escolar pode alterar a relação dos escolares com os alimentos, mas também com o ambiente em que vivem. Estas ações podem promover a reflexão e adoção de condutas mais responsáveis perante o ambiente escolar, a comunidade em que vivem, o meio ambiente como um todo, além de valorizar a atenção a sua própria saúde. Isso não lhe parece transformador? É neste contexto que justificamos a utilização da horta para concretizar a EAN na escola.



Unidade de Aprendizagem 2:

Mãos à horta - referências e possíveis parcerias para estruturar e manter uma horta pedagógica.

Pois bem, chegou o momento de buscarmos nossas ferramentas de plantio e cultivo de alimentos e chamar os apoiadores para a implantação de uma horta pedagógica no espaço escolar. Você já identifica estas possibilidades em sua escola? Já conhece locais potenciais para a estruturação da horta? Já imagina quem podem ser os colaboradores desta atividade? Caso sua resposta tenha sido negativa, não se preocupe. Vamos dialogar agora sobre todas estas possibilidades e desafios. Afinal, já temos o mais importante: a certeza de que podemos ser agentes transformadores a partir de uma horta pedagógica!

1. Identificação de Parceiros:

Vamos iniciar pela identificação de parceiros e colaboradores. O processo de implantação de uma horta escolar ficará mais viável se forem estabelecidas parcerias para apoio técnico e auxílio na implantação e também na manutenção da horta. O apoio de um engenheiro agrônomo ou de um técnico agrícola poderá ser benéfico na avaliação das condições climáticas e de adaptação dos alimentos a este clima e ao solo do

Objetivo de aprendizagem:

Identificar potenciais parceiros e compreender as etapas para a implantação de uma horta escolar pedagógica e sua manutenção.



local. Para acesso ao apoio destes profissionais, sugerimos estabelecer parcerias com Secretaria de Agricultura do Município, no caso de Florianópolis seria a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) ou mesmo estabelecendo parcerias voluntárias com membros da comunidade escolar.

Nossos escolares e suas famílias também podem fazer parte destas parcerias a serem firmadas, pois é possível que haja na comunidade escolar alguém com experiência no cultivo de alimentos, mesmo que não tenha formação específica na área. Além disso, é possível buscar apoio na associação de moradores da localidade, para avaliar a viabilidade de transformar a horta escolar em uma horta comunitária para o bairro ou ainda levar as ações pedagógicas até uma horta comunitária já existente, pois usando-se de uma destas estratégias, é possível manter a horta ativa e bem cuidada até mesmo em períodos de férias letivas.

Verifique junto à Secretaria de Educação a viabilidade para oferecer equipamentos, ferramentas, insumos, bem como o apoio de pessoal para a limpeza de terrenos para a implantação da horta escolar pedagógica. Caso essa secre-

taria não disponha destes recursos, busque apoio dentro de outras secretarias de seu município, para saber se algum destes materiais está disponível para outras ações da prefeitura e, eventualmente, pode vir a ser emprestado para uso no ambiente escolar.

Já o nutricionista pode apoiar este processo contribuindo com o planejamento das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas junto à horta, subsidiando com conteúdo técnico os diálogos a serem mediados pelos educadores. Neste caso, deve-se buscar o apoio do nutricionista responsável técnico pelo PNAE em seu município, pois cabe a ele a atribuição de coordenar e realizar as ações de EAN em conjunto com a direção e coordenação pedagógica da escola.

Nesta etapa, é importante que todos os parceiros envolvidos com a horta escolar participem do planejamento para a sua implantação. Além disso, pode ser muito benéfico planejar as ações de EAN e seus componentes curriculares em conjunto com todos os parceiros, pois, novamente, temos a oportunidade de dialogar sobre saberes distintos e promover EAN de modo intersetorial.



2. Localização:

Identificados os parceiros, é o momento de avaliar o local para a implantação da horta. Caso sua escola disponha de terreno é interessante optar por local com boa luminosidade natural, de preferência com incidência de sol matinal. Além disso, se possível, aliar as condições de luminosidade a um terreno plano ou menos acidentado e com disponibilidade de água para irrigação e boa drenagem. Ah, é muito, muito, importante que a horta seja implantada longe de sanitários e esgotos e preservada da presença de animais (Recine, Irala, Fernandez, 2001).

No entanto, caso sua escola disponha de pouco espaço, há a opção de trabalhar a implantação da horta com vasos que podem ser feitos de materiais recicláveis e, posteriormente, fixados nas paredes, nos parapeitos das janelas ou outros espaços (Faqueti, 2019). Além disso, neste caso pode ser considerada a opção pela horta comunitária, que pode ser implantada em espaços públicos próximos do ambiente escolar, como mencionamos acima.

3. Ferramentas:

Para iniciar as atividades na horta, algumas ferramentas poderão ser úteis no preparo do solo, plantio e manutenção. Adaptamos a lista abaixo a partir de Recine, Irala,

Fernandez, 2001 e Faqueti, 2019. Ao realizar a seleção de materiais para compor a horta, é importante identificar os materiais já disponíveis na escola e com os escolares. Caso possível, é sempre bom reutilizar materiais existentes ou até mesmo adaptar materiais distintos a estes, mas que podem desempenhar tarefas similares.

- a) Enxada: para capinar, abrir sulcos e misturar a terra ao composto.
- b) Pá: para cavar e “virar” a terra.
- c) Regador e/ou mangueira: para irrigar a horta.
- d) Ancinho: para remover torrões, pedaços de pedra ou outros objetos e nivelar o terreno.
- e) Carrinho-de-mão ou baldes: para transportar terra ou o composto orgânico.
- f) Pazinhas de jardim: para as pequenas atividades, especialmente com o apoio dos escolares.
- g) Sementes agroecológicas ou mudas: para o cultivo agroecológico de alimentos.



h) Bombonas ou baldes com tampa: para o resíduo orgânico.

i) Tocos, tábuas, tijolos ou lajotas: para estabelecer as delimitações dos canteiros.

4. Compostagem e uso de resíduos:

Como já vimos neste módulo, uma horta agroecológica pode trazer benefícios ao meio ambiente e a todos os envolvidos com ela. A promoção de uma horta agroecológica estimula a proteção do solo, maior diversidade de plantas e alimentos e pode ser obtida com o auxílio de estratégias como a compostagem de resíduos e a utilização de técnicas de controle biológico das pragas e de plantas repelentes, por exemplo (Faqueti, 2019).

Nesta seção, temos algumas orientações para o processo de compostagem. Os resíduos orgânicos da própria escola, tais como cascas das frutas, hortaliças ou ovos, restos de alimentos (exceto carnes), pó de café usado, guardanapos usados podem ser transformados em adubo a partir do processo de compostagem. Dessa maneira é possível reduzir o custo com insumos para a horta, além de destinar de modo mais sustentável estes resíduos.

Assim, podemos iniciar este processo a partir da adoção de uma cultura de separação dos resíduos sólidos. É importante que toda a comunidade escolar se conscientize da importância desta ação e colabore ativamente na separação dos resíduos adequados para a compostagem e horta, daqueles que de fato devem ser reciclados ou descartados. Esta etapa já pode ser subsídio para algumas ações de EAN, afinal de contas poderemos debater muitos temas ao dialogar sobre os tipos de resíduos sólidos, contemplando até mesmo o desperdício de alimentos ou o uso excessivo de alimentos industrializados (que costumam gerar muitos resíduos!).

Para aprendermos mais sobre o processo de compostagem, sugerimos assistir ao vídeo [“Aprenda a fazer compostagem com a revolução dos baldinhos”](#), produzido pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO).



5. Plantio, cultivo e colheita dos alimentos:

Chegou o momento de implantar a horta efetivamente. O título desta unidade de aprendizagem faz uma pequena brincadeira com a expressão popular “mãos à obra”, pois agora, de fato, colocaremos nossas “mãos à horta”! Nossa intenção é apoiar e instrumentalizar você, educador, nesta jornada. Para isso, vamos apresentar a seguir algumas estratégias e materiais de consulta para referenciar os cuidados no plantio e no cultivar dos alimentos, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1: Orientações para o plantio e cultivar dos alimentos, distribuídas conforme etapas de execução na horta escolar pedagógica.

Etapa: Preparação dos Canteiros

- É importante iniciar pela limpeza do terreno e para isso, são úteis enxada, ancinho e carrinho-de-mão.
- Na limpeza, a terra deve ser revirada com a enxada para a extração das ervas daninhas e suas raízes.
- Com o ancinho, os torrões de terra podem ser desmanchados, além de serem retiradas as pedras e outros objetos.
- Na sequência, o terreno pode ser nivelado e os canteiros demarcados. A demarcação dos canteiros já pode envolver ações de cunho pedagógico, podendo abordar formas geométricas, por exemplo.



- É sugerido que a largura dos canteiros seja de até 70 cm, para que os escolares possam alcançar até metade dele.

Etapa: Adubação

- Caso tenha sido feita a compostagem na escola, poderá ser usado o composto orgânico ali produzido para adubar o solo, Basta misturá-lo à terra.
- Caso a escola não tenha condições de fazer a compostagem, podem ser solicitadas doações de composto orgânico ou chorume orgânico para a adubação, provenientes de agricultores familiares ou da secretaria de agricultura.

Etapa: Plantio

- Antes de iniciar o plantio propriamente dito, é importante estabelecer quais serão os alimentos, ervas e plantas cultivadas.
- Neste planejamento, avalie as condições climáticas e o calendário agrícola adaptado à sua região para estabelecer os alimentos e os respectivos períodos de cultivo. Esta é mais uma etapa que pode ser de cunho pedagógico. A pesquisa pode ser coordenada pelos educadores e desenvolvida pelos escolares.
- É importante considerar no planejamento do plantio a rotação de culturas, ou seja, alternância entre alimentos com características de cultivo distintas. Assim, sempre que ocorrer uma colheita, pode ser planejado um novo plantio com características diferentes no mesmo local. Por exemplo, após a colheita de folhosos como couve, couve-flor e brócolis, podem ser plantados legumes de raiz como cenoura e beterraba. Ou ainda, após a colheita de cereais, como milho crioulo, podem ser plantadas leguminosas, como feijão e ervilhas. Com isso, as plantas utilizam diferentes nutrientes e preservam a qualidade do solo.



- Lembre-se de virar a terra a adubar novamente como composto orgânico entre cada plantio distinto.
- Pode ser incluído no estudo e em cada canteiro da horta escolar o uso de plantas repelentes (por conta do odor de suas folhas podem diminuir a incidência de insetos ou pragas) e companheiras (por conta de características similares, estas se ajudam mutuamente ao ocupar o solo, utilizar da água, absorver luz e nutrientes, quando plantadas no mesmo local).

Etapa: cuidados com a horta

- É recomendado que a horta seja regada ou irrigada duas vezes ao dia, mas isso pode variar conforme a região, o clima e a estação do ano. Para saber se é necessário irrigar a horta, basta perfurar o solo com a ponta dos dedos. Se a terra estiver bem úmida, não é necessário irrigar, mas se estiver seca e for difícil perfurar o solo, é necessário que a horta seja irrigada. Este é mais um experimento que pode ser conduzido em conjunto com os escolares.

- Para proteger o solo da horta, podem ser usadas as folhas secas caídas no pátio da escola ou ainda uma camada de palha. Este cuidado ajuda a manter o terreno levemente úmido.
- É importante dar atenção diária à horta, observando e cuidando dos alimentos ali plantados. Os escolares podem ser estimulados a realizar estes cuidados e a observar o desenvolvimento das plantas.
- Tenha sempre em mente que se trata de uma horta pedagógica; portanto, é muito importante envolver nossos escolares em cada atividade e cada cuidado com ela.

Fonte: Adaptado de Recine, Irala, Fernandez, 2001 e Faqueti, 2019.



Agora já compreendemos juntos um pouco mais sobre todos os passos para a implantação de uma horta escolar pedagógica. Para obter informações complementares sobre algumas épocas de plantio e cultivo dos alimentos, além de outras informações a respeito da implantação da horta escolar, sugerimos a leitura completa do Manual para Escolas - A Escola promovendo hábitos alimentares saudáveis. Cabe destacar que este material apresenta também orientações sobre como armazenar e preparar alguns alimentos e ainda aborda seis exemplos de experiências práticas na horta escolar. Não parece uma ótima leitura?



Unidade de Aprendizagem 3:

Horta pedagógica: um elemento transdisciplinar de promoção da Educação Alimentar e Nutricional.

Ao longo das unidades de aprendizagem anteriores deste módulo, já identificamos algumas possibilidades de ações pedagógicas a serem promovidas por meio da horta escolar, não é mesmo? Mas nós queremos ainda mais! Por isso, nesta unidade de aprendizagem, especificamente, dialogaremos sobre as potencialidades de abordar conteúdos relacionados a disciplinas distintas e conteúdos transdisciplinares por meio da horta escolar. Vale lembrar que a horta escolar oportuniza a promoção de estudos, pesquisas, debates e atividades sobre questões ambientais, alimentares e nutricionais. Além disso, pode estimular o trabalho pedagógico dinâmico, participativo, prazeroso e proporcionar descobertas, gerar aprendizagens e integrar os diversos profissionais da escola (Brasil, 2010).

Especificamente em relação aos conteúdos transdisciplinares, é importante recordarmos que estes são relacionados a todos os atores contemplados no processo de ensino e aprendizagem. São conteúdos que pertencem ao cotidiano dos nossos escolares e precisam ser abordados em sua integralidade, a exemplo da promoção da saúde, por

Objetivo de aprendizagem:

Identificar o potencial de abordagem inter e transdisciplinar das ações de EAN promovidas por meio da horta escolar pedagógica e apresentar referências com sugestões de atividades a serem adaptadas e incluídas no processo de ensino e aprendizagem.



meio da promoção da alimentação adequada e saudável. Ou seja, é difícil fracionarmos estes conteúdos, mas, por meio da horta escolar pedagógica, podemos abordar estes temas de modo natural e sequencial, orientando sobre hábitos de higiene, escolha dos alimentos, cuidados com o meio ambiente ou outros assuntos que compõem a promoção da saúde.

Agora em relação aos conteúdos disciplinares, vamos juntos identificar algumas estratégias de abordagem na horta escolar pedagógica? Pois bem, para começar temos a importante referência dos materiais resultantes do Projeto Educando com a Horta Escolar. Como vimos anteriormente, este projeto tem como pressuposto que a horta escolar pode estimular a alimentação adequada, saudável e, quando implantada de maneira sustentável, torna-se um eixo gerador que contribui para uma formação integral dos alunos e da própria comunidade escolar (Brasil, 2010).

Por meio deste projeto, foi desenvolvido o estímulo à alimentação saudável e sustentável, gerando impactos pedagógicos, alimentares, nutricionais, além da formação continuada do corpo docente e da comunidade escolar. Assim, a horta escolar tornou-se evidente enquanto instrumento lúdico de promoção e conscientização das práticas alimentares saudáveis, de melhoria das condições ambientais e a conscientização de toda a comunidade escolar quanto à importância de dialogar sobre temas como água, compostagem, agricultura orgânica entre outros (Brasil, 2010).

Como resultado, o Projeto Educando com a Horta Escolar produziu seis publicações que apoiam a implantação da horta escolar pedagógica, subsidiando o planejamento das ações de EAN. Atualmente, o projeto não se encontra mais em execução, mas as publicações têm o intuito de orientar e também de multiplicar no país as experiências de promoção de EAN por meio da horta escolar. Vamos conhecer estes materiais?

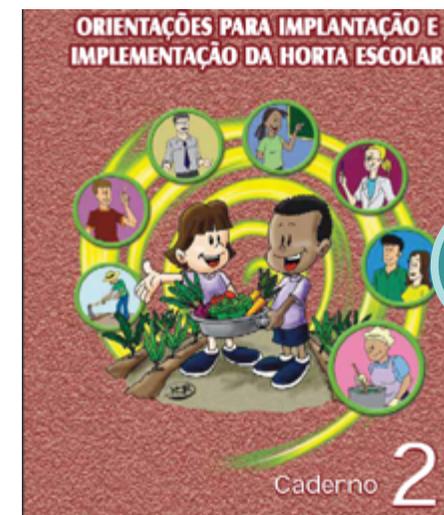


1. Caderno 1 - “A Horta Escolar Dinamizando o Currículo da Escola” - com sugestões de atividades.

O primeiro caderno da série apresenta atividades pedagógicas que poderão ser adaptadas pelo professor de acordo com as características locais. Além disso, tem como objetivo a promoção de estudos e debates sobre a função social da escola e do currículo, dialogando sobre a participação do professor e das metodologias para alcançar educação de qualidade. Os organizadores o indicam para instrumentalizar os profissionais de educação, de modo a transmitir as implicações sociais do processo de educar, para além das atividades pedagógicas da horta escolar.

2. Caderno 2 - “Orientações para Implantação e Implementação da Horta Escolar”.

Além das orientações já apresentadas neste módulo a respeito da implantação e manutenção da horta escolar, esse caderno oferece informações técnicas complementares sobre como implantar e manter uma horta orgânica na escola. O material apresenta também informações sobre desperdício de alimentos, controle alternativo de pragas e coleta seletiva de lixo para produção de composto orgânico que será usado como adubo na horta escolar, destacando estes conteúdos enquanto potenciais para as ações pedagógicas.



3. Caderno 3 - “Alimentação e Nutrição: Caminhos para uma Vida Saudável”.

No terceiro caderno dessa série são debatidas as implicações da horta escolar em relação à alimentação e nutrição e apresentados conceitos que pretendem dar maior clareza para a promoção de EAN. São informações que podem contribuir para a ação pedagógica dos educadores, demonstrando o valor da promoção da EAN em relação a alimentação, nutrição e saúde dos escolares.

4. Caderno 4 – “Projeto Educando com a Horta Escolar – orientações para os estudantes (06 a 09 anos)” - Volume I.

Nos dois volumes do caderno 4, são apresentadas orientações direcionadas diretamente aos escolares já alfabetizados, conforme a faixa etária. O objetivo do material é iniciar a sensibilização dos escolares apresentando informações básicas sobre ambiente, alimentação adequada e outros temas. O volume I (06 a 09 anos) é indicado pelos organizadores para momentos de estudos coletivos, orientados pelos profissionais de educação.



5. Caderno 4 – “Projeto Educando com a Horta Escolar – orientações para os estudantes (10 a 14 anos)” - Volume II.

Nos dois volumes do caderno 4, são apresentadas orientações direcionadas diretamente aos escolares já alfabetizados, conforme a faixa etária. O objetivo do material é iniciar a sensibilização dos escolares apresentando informações básicas sobre ambiente, alimentação adequada e outros temas. O volume II (10 a 14 anos) é apresentado pelos organizadores como uma “divertida e importante leitura sobre alimentação, nutrição, saúde, meio ambiente e qualidade de vida”.

6. Mapeamento do Processo de Desenvolvimento do Projeto Educando com a Horta Escolar.

Essa publicação, assim como os cadernos, foi desenvolvida pela parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO. A inovação, porém, é que o Mapeamento do Processo de Desenvolvimento do Projeto Educando com a Horta Escolar apresenta, discute e orienta a implementação dos cadernos, contemplando a sugestão de atividades orientadas para o uso dos mesmos no processo de formação da comunidade escolar. Este material é apresentado como subsídio aos gestores e demais profissionais, no desenvolvimento do Projeto Educando com a Horta Escolar, com orientações que demons-



tram as principais ações, atividades e encaminhamentos selecionados pelos organizadores deste material para apoiar na ação de educar pela horta escolar.

Queremos destacar que, como vimos na unidade de aprendizagem anterior, todo o planejamento das ações de EAN deve ser realizado em conjunto com o nutricionista responsável técnico pelo PNAE, pois essa atribuição cabe a este profissional. Assim, todos os exemplos que apresentamos aqui podem servir de sugestão para este planejamento conjunto, bem como de referencial para demonstrar que a horta escolar é uma estratégia excepcional para a promoção de EAN de modo inter e transdisciplinar.



Considerações finais

Neste módulo dialogamos sobre a horta escolar enquanto instrumento pedagógico. Juntos, pudemos compreender melhor por que a horta escolar tem sido apontada como espaço transformador na promoção de EAN. Afinal, por meio dela é possível abordarmos todos os princípios para as ações de EAN previstos no Marco de Referência de EAN para as políticas públicas.

Abrimos um espaço para melhor identificar as maneiras de estruturar e manter uma horta escolar pedagógica. Com isso, percebemos importantes etapas de identificação de parceiros e planejamento das ações, para tornar viável esta implantação. Ah, falamos também sobre a importância e as possibilidades para envolvimento dos escolares em todas estas etapas também.

Juntos conhecemos referências que apresentam experiências e sugestões metodológicas para as ações de EAN terem a horta como elemento inter e transdisciplinar. Para finalizar, sugerimos que você procure conhecer e visitar hortas escolares ou comunitárias em funcionamento na sua localidade. Assim será possível agregar muitas novas experiências neste processo.

E, novamente, tudo que compreendemos juntos precisa muito de você, educador! Esperamos que as referências sugeridas contribuam para que você possa ser articulador da sua própria rede de implantação, manutenção ou ainda expansão (física e estrutural ou de metodologia, possibilidades e transformações!) de uma horta escolar pedagógica na sua escola. Faça essa história acontecer em sua escola também e torne-se multiplicador da horta escolar pedagógica!



Referências:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Princípios e Práticas para Educação Alimentar e Nutricional. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2018. 50 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Programa Nacional de Alimentação Escolar. Mapeamento do Processo de Desenvolvimento do Projeto Educando com a Horta Escolar. Projeto Educando com a Horta Escolar. Brasília, DF: FNDE; 2010. 164 p.

FAQUETI, 2019. Segurança alimentar e nutricional com enfoque na intersetorialidade [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo Telessaúde Santa Catarina. - Dados eletrônicos. - Florianópolis : CCS/UFSC, 2019. 199 p.

RECINE, IRALA, FERNANDEZ, 2001. Manual para Escolas - A Escola promovendo hábitos alimentares saudáveis. Universidade de Brasília - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Faculdade de Ciências da Saúde. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: 2. ed., 1. reimpr., 2014. 156 p.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Marco de referência da educação popular para as políticas públicas.- Brasília, DF; Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, 2014b. 70 p.





Curricularização das ações
de educação alimentar e nutricional
e horta como instrumento pedagógico



Módulo 4: Experiências Exitosas

Autora: Janaina das Neves

Resumo do Módulo 3:

No Módulo 3 você teve acesso a maneiras de utilizar a horta escolar ou comunitária como instrumento pedagógico. No caso específico da horta escolar, você viu orientações gerais de como estruturá-las e mantê-las. Deve ter percebido que o enfoque de nossa abordagem foi utilizar a horta escolar como um elemento transdisciplinar, mas não paramos por aí: também abordamos outros parceiros e cenários para apoiarem a realização das ações de EAN. Agora vamos apresentar várias publicações relatando experiências exitosas na educação infantil e no ensino fundamental.



Unidade de Aprendizagem 1:

Apresentação de Materiais Educativos contendo ações de educação alimentar e nutricional (EAN)

Antes de compartilharmos publicações e vídeos que apresentam experiências exitosas de ações de EAN com enfoque no ambiente escolar, é importante fazermos um breve resgate sobre a implementação dessas atividades. Você lembra que a educação alimentar e a educação nutricional são debatidas no Brasil desde a década de 40 e que sua concepção foi ampliada recentemente, em 2012, não é mesmo? Dessa forma, para as políticas públicas, como o PNAE, a EAN, juntamente com a oferta de alimentos, é uma maneira de promover a alimentação adequada e saudável aos escolares. Dados atuais apontam que 43 milhões de indivíduos em idade escolar estão matriculados em instituições públicas de ensino.

No entanto o desenvolvimento de ações de EAN não vem acontecendo na quantidade e periodicidade esperada. Podemos alegar uma série de razões para justificar esse fato. Uma delas é a falta de formação permanente para profissionais da saúde e educação, como nutricionistas e professores; outra é a ausência de tempo para sua realização, que passa por outras etapas como planejamento e avaliação, uma vez que ambos os profissionais estão sobrecarregados; e mais uma pode ser a baixa

Objetivo de aprendizagem:

Conhecer ações exitosas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desenvolvidas na Educação Infantil e Fundamental, por meio da indicação de material educativo divulgados no formato de publicação escrita ou audiovisual.



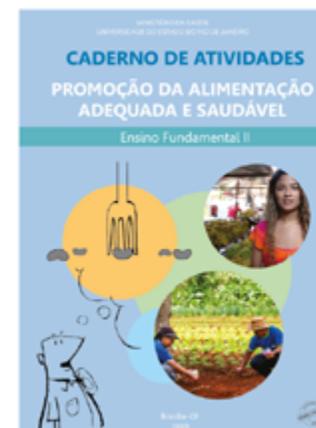
identificação de parceiros e cenários para o desenvolvimento das ações. Veja o que apresenta as autoras de um artigo publicado após a divulgação do Marco de Referência de EAN:

Quanto ao desafio de desenvolver ações em EAN apesar de sua relevância, o Marco de Referência destaca que ainda é necessário ampliar a discussão sobre suas possibilidades, seus limites e o modo como são realizadas, uma vez que o seu campo de atuação não está claramente definido. Ressalta também a pouca visibilidade das experiências bem-sucedidas, assim como a fragilidade nos processos de planejamento.

No contexto escolar, a ausência de referências teórico-metodológicas que subsidiem as práticas de EAN também prevalece... (Ramos et al., 2013).

Para preencher essa lacuna, em 2018 foram publicados excelentes materiais elaborados por um grupo de professores de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e por um nutricionista que atua no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Você consegue acessar pelo link os três Cadernos de Atividades para Promoção da

Alimentação Adequada e Saudável, [Educação Infantil](#), [Fundamental I](#) e [Fundamental II](#). Na sequência vamos a apresentar para você cada um desses materiais disponibilizados. Clique nas capas para acessar os materiais.



Unidade de Aprendizagem 2: Apresentação do Caderno “Infantil”

A escola pode, ainda, ser entendida como um espaço de articulação entre políticas de educação e de saúde, propiciando vivências e reflexões dentro de diversas temáticas como alimentação e cultura, cidadania e fome, sustentabilidade ambiental, entre outras. Trata-se de um espaço privilegiado para a promoção da saúde, que desempenha papel fundamental na formação cidadã, de valores e de hábitos, entre os quais os alimentares. Estamos falando de um processo gradual, que sofre influências sociais, culturais e comportamentais. Nesse sentido, é importante proporcionar um ambiente favorável à vivência de saberes e sabores para contribuir para a construção de uma relação saudável do educando com o alimento e com as práticas envolvidas no processo da alimentação. O ambiente escolar torna-se, assim, propício para o desenvolvimento de estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) que envolvam toda a comunidade (professores(as), merendeiros(as), gestores(as), educandos(as), pais/responsáveis, equipes de saúde), buscando o fortalecimento da autoestima e estimulando práticas saudáveis (Brasil, 2018).



Você percebeu os atores identificados na página anterior? Você relacionou esses atores envolvidos com o Programa Saúde na Escola (PSE)? Esse é um destaque importante a ser feito sobre essa publicação. O foco dela foi apoderar os atores-chaves do PSE para desenvolver as ações de EAN. Embora nós não tenhamos focado em suas ações ao longo desta formação, é importante apresentar esse material, pois ele coaduna com nossas reflexões em alguns pontos, como: as ações do PSE devem estar inseridas no projeto político pedagógico (PPP) da escola, como abordamos no Módulo 2; um dos focos das ações é voltado para a promoção da saúde; como abordamos nos Módulos 1, 2 e 3; os temas relacionados à alimentação são entendidos como temas transversais; sem esquecer da construção coletiva do conhecimento e que as ações de EAN devem ser contínuas; e, por fim, que a bibliografia básica do Caderno é o Guia Alimentar da População Brasileira e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.

O **Caderno** é voltado para o público **infantil** e está dividido em sete capítulos. Os três primeiros estão direcionados para base conceitual como a introdução, o conhecimento do público infantil e o olhar pedagógico. Já os capítulos seguintes apresentam atividades a serem desenvolvidas para temas específicos, como “a criança e seu corpo”, “a

criança e os alimentos”, “vivendo e comendo”, “cotidiano alimentar na escola”. Cada tema trabalhado apresenta objetivo, materiais necessários para o desenvolvimento da ação e descrição da atividade indicando a faixa etária adequada para o desenvolvimento da metodologia. Veja mais detalhes abaixo:

*Nesse caderno são apresentadas sugestões sobre como abordar temas de alimentação com os educandos e indicados materiais complementares para sua abordagem. Ele está organizado em três módulos: “**A criança e seu corpo**”, “**A criança e os alimentos**” e “**Vivendo e comendo**”. Antes de cada atividade, há informações preliminares e, ao final, sugestão de livros, documentos, vídeos, músicas e/ou páginas eletrônicas para consulta. Existem ainda orientações sobre questões que merecem atenção especial. Cabe a cada educador, seja ele professor ou profissional de saúde, analisar, com base em sua realidade, como pode desenvolver as atividades propostas, quantos momentos serão necessários e o tempo de duração de cada um, de forma a gerar aprendizagem/desenvolvimento (Brasil, 2018a).*



Unidade de Aprendizagem 3: Apresentação do Caderno “Ensino Fundamental I”

O Caderno destinado aos escolares do fundamental I também está dividido em sete capítulos. Os três primeiros também estão voltados para base conceitual como a introdução, o conhecimento do público infantil e o olhar pedagógico. Já os capítulos seguintes apresentam atividades a serem desenvolvidas para temas específicos como: “a criança, os alimentos e a alimentação no curso de vida”, “alimentação como prática social”, “sistema alimentar”, “cotidiano alimentar na escola”. Da mesma forma como na publicação anterior, cada tema trabalhado apresenta objetivo, materiais necessários e descrição da atividade indicando a faixa etária adequada para o desenvolvimento da metodologia. Veja mais detalhes abaixo:

Para a elaboração das atividades aqui propostas, foram identificados os conteúdos relativos ao tema Alimentação e Nutrição que apresentam interface com todos os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Arte e Educação Física. Entre os conteúdos pautados neste material, estão: direito humano à alimentação adequada, classificação dos alimentos, grupos de alimentos, aspectos culturais da alimentação, valorização das práticas culinárias, sistema alimentar, ciclo da água, água como alimento, produção de resíduo, desperdício e



a relação entre a mídia e o consumo. Pretende-se que esses conteúdos sejam trabalhados transversalmente, de forma colaborativa, a fim de superar o enfoque fragmentado dos saberes a eles relacionados. Para facilitar a abordagem interdisciplinar desses conteúdos, as atividades aqui propostas estão organizadas em três blocos: “A criança, os alimentos e a alimentação no curso da vida”; “Alimentação como prática social” e “Sistema alimentar”. No início de cada um deles, há uma contextualização dos temas-chave abordados. As atividades são independentes umas das outras e estão apresentadas em uma sequência que pode ou não ser seguida. Em algumas atividades, indicamos que elas podem ser mais bem aproveitadas pelos educandos se elas forem realizadas depois de outra determinada atividade (Brasil, 2018b).

Mas, se você quiser utilizar outra maneira de se informar sobre alimentação adequada e saudável ou de mobilizar seus estudantes, nossa dica é assistir os **vídeos da coleção**.

Um dele é chamado “Os caminhos da comida”. Este vídeo é destinado para professores e para estudantes do primeiro ciclo do ensino fundamental. O tempo de duração dele é de

quase 17 minutos. Como o nome diz, ele fala sobre a procedência dos alimentos até chegar na etapa de consumo e descarte, abordando o que chamamos de sistema alimentar. O vídeo também fala sobre a produção de alimentos com finalidades de exportação ou para comporem os ingredientes dos alimentos ultraprocessados produzido nas indústrias alimentícias.



O vídeo aborda questões relacionadas às estratégias de marketing e também ao entendimento do alimento visto como uma mercadoria e nas implicações disso, como gerar lucro para a indústria alimentícia. Em paralelo o vídeo mostra que a alimentação é um ato social, que traz inserida a essa discussão a diversidade alimentar e a cultura alimentar brasileira, questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional e à garantia do direito humano à



alimentação adequada, especialmente no espaço escolar. Enfim, esse vídeo apresenta diversas facetas relacionadas ao consumo do que chamamos de **comida de verdade**. O vídeo foi elaborado por meio de uma parceria entre o Departamento de Atenção Básica/Ministério da Saúde (DAB/MS) e a Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Unidade de Aprendizagem 4: Apresentação do Caderno “Ensino Fundamental II”

O Caderno destinado aos escolares do fundamental II está dividido em cinco capítulos. Os dois primeiros também estão voltados para base conceitual como o conhecimento do público infantil e o olhar pedagógico. Já os capítulos seguintes apresentam atividades a serem desenvolvidas para temas específicos como: “alimentação no contexto contemporâneo”, “sistema alimentar”, “cotidiano alimentar na unidade escolar”. Da mesma forma como nas publicações anteriores, cada tema trabalhado apresenta objetivo, materiais necessários e descrição da atividade indicando a faixa etária adequada para o desenvolvimento da metodologia. Veja mais detalhes abaixo:

Este Caderno sugere atividades considerando a Educação Alimentar e Nutricional de forma articulada entre os componentes curriculares para que educadores das diferentes áreas do conhecimento trabalhem o tema de forma transversal e contínua. Para a elaboração das atividades aqui propostas, foram identificados os conteúdos relativos ao tema Alimentação e Nutrição que apresentam interface com to-

dos os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Arte e Educação Física. Entre os conteúdos pautados nesse sistema alimentar material, estão: Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional; aspectos socioculturais, ambientais e econômicos do aleitamento materno; imagem corporal e identidade; classificação de alimentos segundo seu processamento; aspectos históricos, sociais e culturais da alimentação; questões contemporâneas da alimentação (ex.: comensalidade, globalização, culinária, comida e gênero, consumo e sustentabilidade, propaganda e rotulagem de alimentos); e sistema alimentar (ex.: tipos de agriculturas, agrotóxicos, transgênicos, hortas, desperdício alimentar, água como patrimônio). Pretende-se que esses conteúdos sejam trabalhados transversalmente, de forma colaborativa, a fim de superar o enfoque fragmentado dos saberes a eles relacionado. Para facilitar a abordagem interdisciplinar desses conteúdos, as atividades aqui propostas indicam os componentes curriculares com que guardam mais proximidade oferecendo possibilidades de integração entre eles, assim como possibilidades de aprofundamento de componentes específicos. As atividades estão organizadas em dois blocos: alimenta-



ção no contexto contemporâneo e sistema alimentar. No início de cada um deles, há uma contextualização dos temas-chave abordados. As atividades são independentes umas das outras e estão apresentadas em uma sequência que pode ou não ser seguida. Em algumas atividades, indicamos que elas podem ser mais bem aproveitadas pelos educandos se forem realizadas depois de outra determinada atividade. Em linhas gerais, as atividades, as vivências e os conhecimentos propostos neste Caderno visam aprofundar as temáticas abordadas no Caderno dirigido aos anos finais do ensino fundamental, compondo repertório básico de conhecimentos que permita estabelecer visão crítica sobre alimentação e nutrição no mundo contemporâneo. Espera-se que, ao estimular ações de Educação Alimentar e Nutricional por professores e profissionais de saúde e, também, a parceria entre eles, o processo de formação mais integral do educando seja potencializado. Discussões relativas à imagem corporal, à obesidade, a atitudes de autocuidado, ao acesso ao alimento, entre outras, possibilitam uma interação entre os conteúdos pedagógicos e o desenvolvimento de habilidades pessoais na perspectiva da promoção da saúde e da melhoria da qualidade de vida. (Brasil, 2019).



O segundo vídeo, intitulado “**Sem Cantina**”, também traz mais informação sobre alimentação adequada e saudável. Com duração aproximadamente 13 minutos, é destinado para estudantes do ensino fundamental II, ou seja, mais voltado para o público adolescente.



A história vai evoluindo após uma problematização gerada em sala de aula por dois estudantes (irmãos), em decorrência do fechamento da cantina escolar. O tema é semelhante ao vídeo anterior, mas aprofunda a discussão sobre a escolha dos alimentos e mostra a importância do acesso a informação segura sobre alimentação adequada e saudável, tanto no ambiente nutricional, mas principalmente no espaço escolar. Ao longo do vídeo é mencionada a publicação Guia Alimentar da População Brasileira (Brasil, 2014).



Este vídeo também foi elaborado por meio de uma parceria entre o Departamento de Atenção Básica/Ministério da Saúde (DAB/MS) e a Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Unidade de Aprendizagem 5: Movimento Comer Pra Quê?

O vídeo “Sem Cantina” apresentado há pouco é de extrema relevância, pois ações de EAN voltadas para o público adolescente são escassas. Para buscar vencer essa limitação o grupo da UERJ, juntamente com professores de nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, recebeu o desafio de abordar o tema alimentação buscando um entendimento crítico sobre as práticas alimentares. Essa ação gerou o **Movimento Comer Pra Quê?**, que apresenta outros dez vídeos mobilizadores, que podem ser utilizados para subsidiar discussões estudantis no formato de roda de conversa. Veja a seguir o título de cada vídeo, a duração, a sinopse e o link de acesso.

- **Por que cozinhar?** Com dois minutos e trinta segundos de duração. Sinopse: A prática culinária nos permite transformar os alimentos e as ideias, nos liga à natureza e às pessoas. Link: <<https://youtu.be/rC9eJiYUzgk>>
- **Juntin ou Rapidin?** Com um minuto e vinte e quatro segundos de duração, visa dialogar com a juventude sobre alimentação e política. Sinopse: Convivência e conveniência são decisões importantes que fazem parte das escolhas diárias, inclusive as alimentares. Link: <<https://youtu.be/2Jw8pPqiAnA>>



- **Tempos modernos.** Com dois minutos e treze segundos de duração. Sinopse: Tudo tem seu tempo, sua hora e seu lugar. A importância em dedicar tempo para cada refeição. Link: <<https://youtu.be/6fZdu5zBN0Q>>
- **De onde vem nossa comida?** Com dois minutos e quarenta e seis segundos de duração. Sinopse: A sustentabilidade do sistema agroalimentar está relacionada aos modos de produzir, comer e viver. Link: <https://youtu.be/VYSN_kkk9q0>
- **Todos juntos e misturados.** Com um minuto e quarenta e oito segundos de duração. Sinopse: Cozinhar é tarefa para todos. Não é apenas responsabilidade de um único gênero. Link: <<https://youtu.be/t0zSyDvYVhl>>
- **Comer é um ato político.** Com um minuto e cinquenta e nove segundos de duração. Sinopse: As práticas alimentares podem influenciar a esfera política na luta por alimentos saudáveis. Link: <<https://youtu.be/YAodVr2-wrc>>
- **Come-se propaganda.** Com dois minutos e onze segundos de duração. Sinopse: Os produtos alimentícios anunciados na TV contêm alto teor de publicidade e marketing. Link: <<https://youtu.be/d2gqvuln1F8>>
- **Imagem Meramente ilustrativa.** Com um minuto e cinquenta e sete segundos de duração. Sinopse: Você já reparou que aquela imagem do hambúrguer traz uma advertência: imagem meramente ilustrativa? Link: <https://youtu.be/OtJZLZpGI_k>
- **Você já comeu água hoje?** Com dois minutos e vinte segundos de duração. Sinopse: O agronegócio, baseado em monoculturas, responde por 70% do uso da água e por 54% de sua contaminação. Link: <<https://youtu.be/5vPcXfQUNaU>>
- **A comida é nossa!** Com dois minutos e vinte e nove segundos de duração. Sinopse: Comida é patrimônio material e imaterial. É um elo indissociável entre cultura, história e memória. Link: <<https://youtu.be/28Dkd22OJ7k>>



Unidade de Aprendizagem 6:

As Jornadas de EAN

Bom, voltando um pouco para as produções escritas, agora é o momento de apresentar “**A Jornada de EAN**”, estratégia que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE, lançou para compartilhar experiências exitosas de ações desenvolvidas no âmbito escolar. Iniciada em 2017, a primeira Jornada de EAN resultou em um livro, que será disponibilizado como anexo do Módulo 4. Este livro apresenta as ações desenvolvidas na educação infantil. Nesta publicação são abordados os seguintes temas:

- Alimentação complementar e prevenção da obesidade infantil;
- Alimentos regionais brasileiros;
- Prevenção e redução de perdas e desperdícios de alimentos;
- Horta escolar pedagógica;
- Agricultura familiar na escola e
- Atividades lúdicas para o desenvolvimento social e relacionadas ao ato de comer.



Para a estruturação deste livro foram escolhidos cinco relatos, contendo registros fotográficos, realizados pelo diretor, professor ou nutricionista de cada tema, totalizando trinta exemplos de ações de EAN desenvolvidas na rede pública. Além do livro, foi lançado um vídeo, sobre o tema “Agricultura Familiar na Escola, veja na sequência:

- “Agricultura Familiar na Escola” traz a fala de Sara Regina Couto Lopes ao longo de 14 minutos e meio. Pode ser acessado pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fj-ZnV9t5iE&t=101s>>.

A segunda edição da Jornada de EAN realizada em 2018 possibilitou o relato de experiências exitosas de EAN realizadas no ensino infantil e fundamental I. Os temas de destaque na segunda edição abordam a promoção da alimentação saudável e a prevenção da obesidade infantil no ambiente escolar. E divulga a Lei nº 13.666/2018, que exige a inclusão do tema EAN nas disciplinas de Ciências e Biologia dos currículos do Ensino Fundamental e Médio, como abordamos no Módulo 2. A edição de 2018 traz 20 experiências, com cinco relatos para cada tema, idênticos aos quatro vídeos conforme denominados a seguir:

- **Tema 1** - Inês Rugani fala sobre “Comida de Verdade na Escola” em um vídeo de quase 4 minutos. O aces-

so ao vídeo pode ser realizado pelo link: <<https://www.youtube.com/watch?v=L07c8UikY6E&t=4s>>.

- **Tema 2** – Neste vídeo Thaís Salema aborda a “Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na Escola” em pouco mais de dois minutos. O link de acesso desse vídeo é: <https://www.youtube.com/watch?v=B-QPP_Z-GBPc>.
- **Tema 3** – Ana Paula Bortoletto traz o assunto “Propaganda e Publicidade de Alimentos para o público Infantil” de exatos quatro minutos. Você pode assisti-lo acessando o link: <<https://www.youtube.com/watch?v=OAYixRkx9kQ>>.
- **Tema 4** – É a vez de Juarez Calil Alexandre abordar o tema “Envolvimento da Família na Alimentação Escolar: vamos aprender juntos!” no vídeo de quase cinco minutos. O link deste vídeo é: <<https://www.youtube.com/watch?v=Yp1MIKWC-sY>>.

Você pode ver mais informações sobre as Jornadas de EAN acessando o link: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-campanhas/pnae-concurso-jornada-ean>>



Unidade de Aprendizagem 7: Caderno de Ações de Educação Alimentar e Nutricional (Caderno de EAN)

Esse Caderno é bastante especial, pois ele aborda ações de EAN desenvolvidas na rede municipal de ensino infantil e fundamental de Florianópolis. A idéia original foi da nutricionista Sanlina Barreto Hülse, que atuou por muitos anos no Departamento de Alimentação Escolar, da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Lembro como se fosse hoje, pois sou a orientadora do projeto (por isso escrevo o texto na primeira pessoa do singular), de ouvir a Sanlina dizendo para um grupo de professores do Departamento de Nutrição, da Universidade Federal de Santa Catarina: “Vocês poderiam compilar as ações de EAN desenvolvidas nos estágios”. Pedi um prazo para ela, precisava de dezoito meses para conseguir finalizar o trabalho, e fiz a proposta para duas estudantes de Nutrição, que eu já estava em processo de orientação, a Flora Guimarães Rosenthal e a Maria Eduarda Zytkeuwisz Camargo. Elas ficaram tão entusiasmadas com a idéia que trocaram o tema de trabalho de conclusão de curso imediatamente.

Depois de algumas semanas estávamos com o desenho do estudo pronto. Decidimos levantar as experiências de EAN realizadas desde 2013 até 2017 em quatro unidades educativas de Florianópolis.



E depois buscamos identificar qual princípio do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Brasil, 2012) foram contemplados. Você lembra dos princípios do Marco de EAN? Se não lembra, o Caderno de EAN (Rosenthal e Camargo, 2018) tem um capítulo específico abordando e detalhando o que é cada um dos nove princípios. E ainda apresenta as ações separadas por doze temas, com seus respectivos objetivos e subitens:

- **Origem dos Alimentos**, objetivo: identificar a origem dos alimentos e valorizar o alimento in natura, subitens: a relação da origem dos alimentos com a sua qualidade alimentar e descobrindo a origem dos alimentos;
- **Reconhecendo os Alimentos**, objetivo: conhecer o alimento e aprender a identificá-lo na sua forma *in natura*, subitens: reconhecendo os alimentos através dos sentidos; conhecendo e plantando verduras e apresentar e identificar as frutas;
- **Horta**, este capítulo não tem objetivo delineado, pois o tema já fala por si só, mas tem vários subitens: apresentar a Horta e identificar as etapas do plantio; trabalhando com sementes; confecção de placas de identificação na horta: habilidades de escrita e leituras;

oficina de plantio; identificar espaços com presença de horta nos ambientes que os estudantes frequentam; criação de portfólio com alimentos da horta escolar/horta do centro de saúde e conhecendo a horta do centro de saúde do território;

- **Consumo de Frutas e Vegetais**, objetivo: incentivar o consumo de frutas e vegetais, subitens: incentivar o consumo de frutas e vegetais através de oficina culinária; incentivar o consumo de frutas e vegetais através de jogos de memória; relacionar o consumo de frutas e vegetais com as funções do corpo humano e relacionando às frutas aos seus benefícios;
- **Grupos de Alimentos**, objetivo: identificar os grupos de alimentos segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, item: os “nutripoderes” dos alimentos;
- **Cultura Alimentar e Alimentos Regionais**, objetivo: aproximar os estudantes da cultura alimentar, item: reconhecendo a cultura alimentar do meu município;
- **Alimentação Escolar**, objetivo: valorizar e incentivar o consumo dos alimentos da alimentação escolar, itens: incentivar o consumo de alimentos da alimentação



escolar através da oficina culinária e incentivar o consumo de alimentos da alimentação escolar através de bingo;

- **Alimentos Industrializados e Níveis de Processamento**, objetivo: identificar os alimentos industrializados e os níveis de processamento de acordo com Guia Alimentar da População Brasileira, itens: classificação dos alimentos de acordo com o Guia Alimentar para População Brasileira; visualização da quantidade de sal, açúcar e óleo em alimentos industrializados; incentivar o consumo de sucos de naturais; semáforo dos alimentos segundo níveis de processamento e entendendo o processamento do açúcar;
- **Locais de Comercialização de Alimentos**, objetivo: identificar os espaços de comercialização de alimentos, itens: visitando o sacolão local; onde encontrar os alimentos e fazendo compras na feira;
- **Sustentabilidade**, objetivo: refletir sobre a importância da agroecologia e destinação de resíduos, itens: compreendendo a diferença entre orgânicos e convencionais e reciclagem de materiais para plantar alimentos;
- **Oficina Culinária**, objetivo: guia prático de como orga-

nizar uma oficina culinária no contexto da alimentação escolar e da educação alimentar e nutricional, item: oficina culinária como prática emancipatória, e

- **Teatro**, objetivo: incluir o teatro como metodologia para trabalhar EAN na alimentação escolar, item: teatro como ferramenta de EAN e teatro de fantoches.

Para cada ação também há indicação da faixa etária correspondente a ação de EAN. Vale lembrar que a metodologia exposta é uma sugestão de ação que pode ser adaptada às características de cada unidade educativa. E ao final são indicadas referências para realizar leitura complementar ou vídeos para utilizar no desenvolvimento da ação de EAN. Ficou interessado em ler esse material? Esperamos que sim! Você pode baixá-lo acessando o link: <http://cecanesc.paginas.ufsc.br/2019/09/02/caderno-de-acoes-de-educacao-alimentar-e-nutricional/>.



Conclusão:

Até pouco tempo atrás havia poucas referências escritas e audiovisuais que servissem de apoio para a realização de ações de EAN voltadas para estudantes da educação infantil e fundamental. Podemos considerar que são bastante recentes publicações elaboradas por pessoas experientes em promoção da saúde e na garantia da segurança alimentar e nutricional de escolares, utilizando a metodologia de construção coletiva, voltada para políticas públicas. Nosso intuito com esse Módulo foi apresentar para você esses materiais relevantes para a efetivação de ações de EAN contínuas, visando promover a saúde e o acesso a alimentação adequada e saudável para um público que pode modificar a realidade de consumo alimentar, tão logo tenha autonomia e condições de garantir o autocuidado, sendo ainda um sujeito capaz de modificar a realidade da sua e de futuras gerações.

Com este Módulo nos despedimos de você e esperamos ter contribuído para sua formação permanente e para a curricularização das ações de EAN, utilizando a horta como um instrumento pedagógico!



Referências:

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, nov. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 06 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Educação Infantil / Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018a. 92 p. : il. Disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_atividades_educacao_infantil.pdf>. Acessado em: 06 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável : Ensino Fundamental I [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018b. 128 p. : il. Disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_atividades_ensino_fundamental_I.pdf>. Acessado em: 06 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável : Ensino Fundamental II /

Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Brasília : Ministério da Saúde, 2019. 136 p. : il. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/promocao_alimentacao_saudavel_ensino_funda-mental_II.pdf. Acessado em: 18 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Jornada de educação alimentar e nutricional / Programa Nacional de Alimentação Escolar. – Brasília : FNDE, 2018. 224 p. : il. color. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/11545-em-recife,-fnde-lan%C3%A7a-a-2%C2%AA-ed%C3%A7%C3%A3o-da-jornada-de-educac%C3%A7%C3%A3o-alimentar-e-nutricional.>> Acessado em 17 de junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Jornada de educação alimentar e nutricional / Programa Nacional de Alimentação Escolar. – Brasília : FNDE, 2019. 136 p. : il. color. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-educacao-alimentar-nutricional?highlight=WyJlc2Nvb-GEiXQ==>>. Acessado em 17 de junho de 2019.

ROSENTHAL, Flora Guimarães. & CAMARGO, Maria Eduarda Zytkuewicz. Caderno de Ações de Educação Alimentar e Nutricional. Florianópolis, 2018.

